



Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla
ISCED – HUÍLA

TÍTULO: Influência do Olunyaneka nos textos escritos dos alunos da 7ª classe do Complexo Escolar Nº116 - Imaculada Conceição do Lubango. Condições preparatórias para a sua ascensão à Língua Oficial do Lubango

Autor: Jackson Ndala Alfredo

LUBANGO

2020



Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla
ISCED – HUÍLA

TÍTULO: Influência do Olunyaneka nos textos escritos dos alunos da 7ª classe do Complexo Escolar N°116 - Imaculada Conceição do Lubango. Condições preparatórias para a sua ascensão à Língua Oficial do Lubango

Trabalho apresentado para obtenção do Grau de Licenciado no Ensino da Língua Portuguesa.

Autor: Jackson Ndala Alfredo

Tutor: Licínio Luís Narciso de Moreira, **Msc.**

LUBANGO

2020

Dedicatória

A Deus, todo poderoso, nas suas três dimensões: O Onnipotente, Onnipresente e Omnisciente; pelo amparo e inteligência que me vem dando nesta peripata vida!

Aos meus familiares, pelo tanto que sacrificaram para me dar um futuro melhor, por todo amor e carinho que vos tenho!

Aos benquistos amigos, professores dos diferentes níveis de ensino.

Agradecimentos

Os agradecimentos são sempre uma tentativa incompleta de colocar no papel o que sentimos. De facto, para chegarmos ao final de um ciclo de formação, recebemos contributos de diferentes pessoas e instituições. Tentar nomeá-las é sempre quase difícil. Contudo, além de Deus, pelo dom da vida, permitimo-nos referir alguns nomes que, julgamos nós, mais directamente contribuíram para tornar possível a realização deste trabalho:

Ao Professor Licínio Luís Narciso de Moreira, pela sábia orientação, não apenas na concepção e estruturação deste trabalho, mas também ao percurso por esta Universidade.

Aos Professores Paulino Soma Adriano, Carlos Kwelé, Mauro Rosales, Lídia Catimba, Alexandre Sakukuma, Ezequiel Kambindangolo e outros; pelo apoio e inteligência que tiveram de nos passar a sua sapiência incondicionalmente, pelo carinho e amor que sempre nos mostraram durante a caminhada. Figuras estas, por quem desenvolvemos uma profunda admiração, não apenas pelo rigor intelectual com que sempre leram os nossos textos e responderam às nossas inquietações, mas também por sua pronta disponibilidade permeada com uma simpatia que não conseguimos descrever. Em todos os momentos, mesmo por entre ideias que franzissem os nossos rostos, não deixavam de, espontaneamente, fazer raiar um sorriso.

Ao Reverendo Pe. Adriano Kandjamba, pelo apoio durante o tempo vivido no Seminário Propedêutico de Menongue até ao Seminário Maior, Cristo-Rei (Huambo).

De forma muito especial, aos irmãos Edson Ndala, Paulino António Pascoal, Esmeralda Temo, Alzira Temo e outros, que deles mais directamente sentimos o calor do apoio incondicional em tudo, o nosso muito obrigado.

E, finalmente, aos pais, tios que sempre nos apoiaram calorosamente, sem a sua compreensão, a sua paciência e o seu apoio incondicional, não teria sido possível realizar este trabalho. Vão, a eles, os nossos agradecimentos.

Resumo

A proposta deste estudo é de identificar e analisar a interferência do olunyaneka na língua portuguesa, nos textos escritos dos alunos da 7ª classe do Complexo escolar nº116/Imaculada Conceição. O estudo insere-se no campo descritivo, apresenta como objectivo “Contribuir para a minimização das dificuldades de interferência linguística no ensino-aprendizagem da língua portuguesa nos textos escritos dos alunos da 7ª classe do Complexo Escolar nº116-Imaculada Conceição do Lubango”. Para o seu alcance, formulámos como problema de investigação o seguinte: Há ou não interferência do olunyaneka nos textos escritos dos alunos da 7ª classe do Complexo Escolar nº116-Imaculada Conceição do Lubango? Porém, usamos como instrumentos de investigação, um inquérito por questionário, dirigido aos alunos, e ainda os textos escritos dos alunos. Eles são da faixa etária dos 12 aos 14 anos de idade; procuramos comprovar se os inqueridos apresentam interferências do olunyaneka nos seus textos escritos e se os inquéritos aplicados justificam a possível ocorrência da interferência do olunyaneka.

Feito o estudo, concluímos que não há ocorrência de interferências do olunyaneka nos textos; e nem as respostas dos inquéritos justificam a sua ocorrência. Não obstante, os dados encontrados provam que as produções escritas dos alunos são eivados de muitas interferências.

Palavras-chave: Interferência, olunyaneka, contacto linguístico, bilinguismo, multilinguismo.

ÍNDICE

Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
INTRODUÇÃO.....	8
0. Introdução.....	9
I. CARACTERIZAÇÃO DO COMPLEXO ESCOLAR Nº116 – IMACULADA CONCEIÇÃO DO LUBANGO.....	11
1.1 Sobre o Complexo Escolar Nº116 - Imaculada Conceição do Lubango	12
1.1.1 Origem e evolução	12
1.1.2 Estatuto jurídico do seu surgimento	12
1.1.3 Autonomia do Complexo e efeitos práticos.....	13
1.1.4 Situação geográfica do Complexo escolar nº116.....	13
1.2 Estrutura e organização	14
1.3. Funcionamento	15
1.3.1. Alunos.....	15
1.3.2. Professores.....	16
1.4. A língua portuguesa no Complexo Escolar Nº116.....	18
1.4.1. O processo de ensino do português no complexo escolar	18
CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
2.1. Situação Sociolinguística da Huíla.....	21
2.2. Contacto linguístico	21
2.3. Interferência linguística	25
2.3.1. Influência das línguas bantu no Português	28
2.3.2. O olunyaneka e o português.....	29
2.4. O alfabeto das línguas Bantu.....	30
2.4.1. O alfabeto do olunyaneka	31
2.4.2. Tipologias de interferência.....	33

CAPÍTULO III – TRATAMENTO DE DADOS	36
3.1. Metodologia do trabalho	37
3.2. População	37
3.3. Amostra	37
3.4. Procedimentos metodológicos.....	38
3.5. Análise e tratamento dos dados.....	39
3.5.1. Interferências detectadas	39
3.5.2. Tratamento de dados - Inquéritos aplicados aos alunos	61
IV. PROPOSTAS DE ACTIVIDADES DIDÁCTICAS	67
4.1. Propostas.....	68
V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	70
5.1. Conclusões.....	71
5.2. Recomendações.....	72
Bibliografia.....	73
ANEXOS.....	75

INTRODUÇÃO

0. Introdução

O ensino em Angola, na Huíla, em particular, é ainda um assunto que carece de muito trabalho, sobretudo de investigação científica que tende, por um lado, adaptar os conhecimentos científicos, e não só, à realidade do país ou mesmo da província, em particular, por outro, encontrar soluções para a resolução de problemas bastante particulares.

É nesta senda que surge o presente trabalho, inserido no campo descritivo. Além de se tratar de uma exigência para a obtenção do grau de licenciatura em Ciências da Educação, na opção Ensino da Língua Portuguesa, cumprimos com o desejo de que toda a universidade esteja voltada para os interesses da sociedade que lhe deu a existência.

Na tentativa de contribuir para a resolução de possíveis problemas de interferência linguística, fruto do contacto de línguas ao nível do ensino, no I ciclo do ensino secundário, optamos pelo título: “Influência do olunyaneka nos textos escritos dos alunos da 7ª classe do Complexo escolar nº116-Imaculada Conceição”.

Durante a experiência de trabalho como professor, verificamos que apesar de terem a língua portuguesa desde pequeninos, isto é, a partir do primeiro ano de escolaridade até a 7ª classe, e por ser ainda, língua oficial, de escolaridade, veicular e materna, para alguns, ao nível do País e, em particular, na Huíla (Lubango), é notória a incorrência de desvios nos diferentes níveis, como: fonético-fonológico, morfossintáctico, semântico e ortográfico, nas suas produções escritas, bem como na oralidade.

Se o objectivo do ensino do português é, em resumo, desenvolver aptidões de comunicação verbal, então é necessário que, para a sua consecução, esta disciplina esteja devidamente ensinada, estruturada e organizada.

É óbvio que, o facto de o aluno encontrar-se num ambiente ou numa comunidade plurilingue ou multilingue pode influenciar, sendo um processo, na ineficácia do ensino da língua portuguesa. Pois, o aluno pode transportar marcas de uma língua noutra, ou ainda, na mesma língua, transportar as marcas da oralidade para a escrita.

Uma vez este facto considerar-se um problema, sendo suficiente para ter-se um ensino do português pouco eficaz, é premente que se responda à seguinte pergunta:

- Há ou não interferência do olunyaneka nos textos escritos dos alunos da 7ª classe do Complexo Escolar nº116-Imaculada Conceição do Lubango?

Com este estudo, pretende-se a consecução do seguinte objectivo:

- Contribuir para a minimização das dificuldades de interferência linguística do ensino-aprendizagem da língua portuguesa nos textos dos alunos da 7ª classe do Complexo Escolar nº116-Imaculada Conceição do Lubango.

Para o alcance do objectivo traçado, realizaram-se determinadas actividades, como:

- (i) Identificar interferências do olunyaneka nos textos escritos dos alunos;
- (ii) Analisar as interferências detectadas em comparação com as respostas dos inquiridos por questionário dos alunos;
- (iii) Aludir as propostas didácticas para a minimização das dificuldades de interferência linguística no ensino do português.

O trabalho consta, estruturalmente, de cinco capítulos. O primeiro trata tão-somente da caracterização do Complexo Escolar nº116-Imaculada Conceição do Lubango. No segundo capítulo, demonstra-se a fundamentação teórica, onde se aborda sobre a situação sociolinguística da Huíla (apresentadas as línguas faladas ou presentes na Huíla), contacto linguístico na Huíla, interferência linguística (olunyaneka no português, concretamente) e sobre tipologias de interferências. No terceiro capítulo, apresenta-se a análise de dados, partindo das metodologias que suportaram a pesquisa, sem deixar de apresentar a população, amostra, os resultados obtidos pela pesquisa e os resultados obtidos nos textos dos alunos. No quarto capítulo, estão presentes as propostas das actividades didácticas para a promoção da eficácia do ensino do português. E, finalmente, no quinto, apresentam-se as conclusões e recomendações finais; como também as referências bibliográficas e os anexos.

**I. CARACTERIZAÇÃO DO COMPLEXO ESCOLAR Nº116 – IMACULADA
CONCEIÇÃO DO LUBANGO**

1.1 Sobre o Complexo Escolar Nº116 - Imaculada Conceição do Lubango

Para facilitar a compreensão e obter a veracidade da pesquisa no que respeita ao trabalho, apoiou-se no estudo de caso. Entretanto, importa realçar que, neste capítulo, fez-se a caracterização do Complexo supracitado, procurou-se saber a sua origem, evolução, localização geográfica, ao nível do Lubango, das relações humanas na escola, isto é, entre alunos, professores e até o pessoal administrativo. Portanto, tratou-se do seu funcionamento no geral.

1.1.1 Origem e evolução

A escola Imaculada Conceição (Complexo Escolar) foi fundada em 1990, por um grupo de jovens da comunidade. Estes jovens foram nomeadamente: Tomás Tchikembe, João Baptista, Barnabé Didalelua e Severino Calongalunga.

Nasceu para satisfazer as necessidades manifestadas pela comunidade daquela circunscrição, visto que naquela altura, vivia-se um momento muito difícil para certas famílias angolanas e huilanas, em particular. Pois, a comunidade vista preocupada com o índice de analfabetismo, exigia o nascer daquilo que hoje temos como um Complexo escolar. Assim, é apresentada a seguinte cronologia dos directores desde a sua criação ao momento actual: João Baptista (de 1990 a 1992), Félix Chikuamanga (de 1992 a 1998), Celestino João Carlos Caetambo (de 1998 a 2003), Amândio Tchicunga (de 2003 até Março de 2013) e, finalmente, Terezinha Juliana (de 2013 a 2018). Hoje, a instituição é assegurada pelo Subdirector Pedagógico, Gabriel Ntyamba, exercendo cargo de Director em exercício.

1.1.2 Estatuto jurídico do seu surgimento

O Complexo foi oficializado pelo ofício nº 00168/SG/ de 02 de Junho de 1991 do então Delegado Municipal de Educação Paulo Muteca para ministrar aulas aos alunos adultos do I, II e III níveis, sendo as despesas do funcionamento do Complexo e os salários dos professores a serem suportados pelos respectivos alunos. Só a partir de 1994 que o governo passou a assumir os salários do corpo docente.

No entanto, o Complexo estava anexo à escola Mandume, o II nível, à Delegação Municipal da Educação, o I nível e à escola 27 de Março, o III nível. Ainda pelo

Decreto Executivo conjunto nº 389/015 de 04/09, o Complexo Imaculada Conceição foi recriado e atribuído o nº116 como Complexo Escolar, leccionando da iniciação a 9ª classe.

1.1.3 Autonomia do Complexo e efeitos práticos

O Complexo Escolar nº116 - Imaculada Conceição passou à categoria de autónoma no dia 27 de Novembro de 2007, através do ofício nº000972/GD/DPECCTH/2007, de sua Excelência Senhora Directora Provincial da Educação, D^{ra} Ana Pula Inês Luís Ndala Fernando.

Porém, o Decreto Executivo nº 14/2001 de 04 de Dezembro de 2001, do então Ministro da Educação, já dava autonomia à escola Imaculada Conceição. Autonomia não concretizada pelas autoridades competentes do ministério da educação ao nível provincial, alegando motivos de insuficiência e precariedade das instalações daquele Complexo.

Com autonomia obtida em 2007, o mesmo passou a realizar as provas, exames, reuniões pedagógicas e assinaturas dos certificados, o que anteriormente não era possível, obrigando-os a fazê-los nas escolas-mãe. Ainda ao abrigo da autonomia, passou a controlar e a orientar pedagogicamente as outras escolas circunvizinhas desta. Como: Cáritas, Filadélfia, ICA, Capela do Santo António e Coração de Maria (Arimba).

1.1.4 Situação geográfica do Complexo escolar nº116

O estudo foi feito no Complexo Escolar nº116-Imaculada Conceição (Junto da Igreja Imaculada Conceição), situado no lado direito da Av. 21 de Janeiro, onde faz desvio com a Av. Mártires de 8 de Novembro, na EN 105, ao longo da estrada que termina na rua vulgarmente chamada “prédio dos laureanos”. Faz fronteira com a escola primária nº1007, situada na parte de cima, concretamente, a Sul.

Portanto, localiza-se no bairro “Patrício Lumumba”, a Este do centro da cidade do Lubango, tal como ilustra a figura abaixo:



1.2 Estrutura e organização

O Complexo Escolar nº116 é uma escola missionária católica, porque as suas bases estão assentes nos princípios da Igreja Católica. Podemos afirmar que é a escola na Igreja e não o contrário. Daí o nome Imaculada Conceição.

Desde o seu surgimento até ao momento, o Complexo, em termos de estrutura, funciona com maiores dificuldades, visto que ainda não possui uma estrutura própria como escola para acomodar, tanto os alunos como os professores e outros trabalhadores. Tem vindo a trabalhar numa estrutura da Igreja, provisoriamente, tanto em termos de sala de aulas, gabinetes e outras áreas.

Não obstante, a este ambiente estrutural, quanto à organização, a par de outras instituições, a direcção não tem poupado esforços em melhorar cada vez mais, lutando para o fim único que é o de contribuir positivamente para as comunidades vizinhas e não só, como também para a Província e para o País, em geral, no que respeita ao sistema educativo em Angola.

1.3. Funcionamento

Quanto ao funcionamento, o Complexo apresenta a seguinte estrutura:

Quadro I

Recursos Humanos/ Corpo Administrativo	Recursos físicos
1- Director Geral; 2- Subdirectores Pedagógicos; 3- Chefe de Secretaria; 4- Responsável das salas Anexas; 5- Directores de turmas; 6- Pessoal administrativo, do qual 4 auxiliares de limpeza, 2 guardas;	1- Gabinete do Director Geral; 2- Gabinete para as Subdireções; 3- Secretaria; 4- Gabinete do responsável das salas anexas.

1.3.1. Alunos

Desde a sua fundação até no ano 2002, o número de alunos variava entre 500 e 600 alunos, visto que as salas eram pequenas e poucas. Mas a partir de 2003, com a introdução do III nível no curso regular e com o aproveitamento do salão e da cave para as salas de aula, o número de alunos foi subindo consideravelmente, passando de 600 para 3000 alunos. E, com a expansão da rede escolar em todas as capelas e outras, o número de alunos passou para 7000 no geral, contando com

as suas anexas. Até o ano de 2018, a escola contava com um total de aproximadamente 12.490 alunos, isto é, 3.490 alunos da escola-mãe e 9000 alunos das cinco (5) salas anexas, acima referidas.

Para mais compreensão e objectividade da informação, achamos importante apresentar o quadro com o número de alunos do curso regular, turmas por classe, ao nível do complexo em estudo.

Quadro II

Alunos matriculados por turma e classe

Nº	Nível de Ensino	Classe	Nº de turmas	Nº de alunos matriculados
1	I Ciclo	7 ^a	7	331
2		8 ^a	6	254
3		9 ^a	5	178
	Total	//////////	18	763

Portanto, o nosso trabalho é dirigido apenas aos alunos do curso regular na escola-mãe, Imaculada Conceição.

1.3.2. Professores

O corpo docente do Complexo, até em 2018, era constituído por 219 professores e 10 trabalhadores administrativos. Dentre esses, 3 Mestres, 36 Licenciados, 65 Bacharéis, 93 Técnico Médios, 22 Técnico Básicos, incluindo as Salas Anexas, o que aumenta a qualidade dos serviços prestados pelo Complexo.

Portanto, de forma mais objectiva e específica, tendo em conta ao que se pretende com a pesquisa, são apresentados, abaixo, os quadros dos professores de ensino

de línguas (Português, Inglês e Língua Nacional Ngangela, sendo a de ensino na escola). Apenas do I ciclo do ensino secundário, regular, no Complexo em estudo.

Quadro III

Nº de professores por áreas de conhecimento no I ciclo de ensino secundário, curso regular.

Nº	Área do conhecimento	Número de professores
1	Língua Portuguesa	4
2	Língua Inglesa	2
3	Língua Nacional (ngangela)	1

Quadro IV

Nome, nível académico, idade e tempo de serviço dos professores de ensino de línguas, curso regular, no Complexo Escolar.

Nomes	Disciplinas	Nível académico	Idade	Tempo de serviço
Teresa Kassanga	L.Portuguesa	Licenciada em Pedagogia	46 Anos	25 Anos
Rosária Simões	L.Portuguesa	Licenciada em Português	50 Anos	30 Anos
António Kativa	L.Portuguesa	Técnico Médio	49 Anos	24 Anos
Miguel L. Tito	L.Portuguesa	Técnico Médio	52 Anos	35 Anos

Francisco Martinho	L. Inglesa	Licenciado em Inglês	57 Anos	14 Anos
Josefina Nangulo	L. Inglesa	Licenciada em Inglês	35 Anos	11 Anos
Lino C. Adão	L. Nacional	Técnico Médio	52 Anos	35 Anos

1.4. A língua portuguesa no Complexo Escolar Nº116

1.4.1. O processo de ensino do português no Complexo Escolar

Os alunos são submetidos a quatro tempos lectivos semanais por classe, correspondente a 180 minutos, repartidos por dois tempos lectivos diários, perfazendo 90 minutos.

Dos 180 minutos semanais de aulas por classe, para a 7ª classe, 90 minutos são usados para aulas de língua portuguesa diariamente, tanto no período manhã, quanto no período tarde.

O Ensino do português é feito com base:

- a) Nos programas fornecidos pelo MED;
- b) No manual do aluno de Língua Portuguesa;
- c) Em gramáticas (mas com dificuldades por falta do material) e fascículos de apoio gramatical, elaborados pelos professores e reproduzidos para os alunos.

No entanto, maior parte destas aulas é dada com dificuldades, devido a falta de meios didáticos por parte dos alunos. Além de muitos dos alunos não possuírem manuais, e, às vezes mesmo nem sequer cópia do material, não conseguem possuir um dicionário, gramática, prontuário e outros.

Portanto, isto tem contribuído negativamente no sucesso da aprendizagem da língua portuguesa, vivenciando assim, alunos com um vocabulário corrompido cada vez mais pelo que aprendem ou trazem do seio familiar. Transportam muitas vezes

palavras ou expressões de uma língua para outra, causando assim interferências, ao nível oral e a nível da escrita na aprendizagem do português na escola. Em relação à escrita, isso pode ser notório a partir dos seus textos.

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Situação Sociolinguística da Huíla

Angola, à semelhança de quase todos os seus congéneres da África subsaariana, é um país plurilingue, porquanto coabitam no seu território várias línguas do grupo bantu e não só, em contacto permanente com a língua oficial do Estado (a língua portuguesa). Toda a língua está associada a um grupo de pessoas que a falam e que acaba por emprestar-lhe o seu nome. Daí que, o plurilinguismo de que falamos seja resultado da existência, em Angola, de vários grupos etnolinguísticos, maioritariamente de origem bantu, e algumas comunidades de khoisan (Vilela, 1995).

A Huíla, como é o país no geral, é uma província linguisticamente caracterizada como plurilingue ao nível social e, essencialmente, bilingue ao nível individual. Integra línguas estruturalmente muito diferentes umas das outras. Na Huíla, a população é oriunda de cinco grupos: Ovanyaneka, Ovimbundu, Vangangela, Tucokwe, Ovahelelo¹.

A província da Huíla é composta pelos municípios de Quilengues, Lubango, Humpata, Chibia, Chiange, Quipungo, Caluquembe, Caconda, Chicomba, Matala, Jamba, Chipindo, Kuvango e Cacula. São, no total, catorze (14) municípios (Moreira, 2015)

2.2. Contacto linguístico

Para que haja contacto, são necessárias pelo menos duas línguas, uma língua e um dialecto ou dois em presença. Entretanto, deste contacto, várias consequências podem advir. Para melhor entendimento, apresenta-se o seguinte:

Faria, H.I et all (1996) advogam que,

Visto que, entre as línguas, estabelecem-se relações de força, haverá que determinar, para cada situação concreta, quais as suas tendências e direcção. Normalmente, a línguas alvo (no caso o Português) será aquela para a apropriação da qual tende uma comunidade cuja língua de origem (no caso, o olunyaneka) pode ser substituída pela língua alvo ou simplesmente modificada, por adopção de

¹ Jornal Provincial da Huíla, 2015

características desta outra língua, podendo ser esta última igualmente afectada pela língua de origem.

O percurso e o resultado do contacto entre elas depende, fundamentalmente, do tipo de relação que respectivas comunidades estabelecem e do tempo durante o qual a mantêm.

De facto, nos casos de substituição embrutecida de uma língua ou mais línguas por outra, que se sobrepõe, interecerá mais analisar o resultado final e as condições que o provocaram do que o curto processo de transformação que se operou.

Portanto, por este facto, pode gerar ao que Faria, H.I *et.al.* (1996) designaram por mudança linguística. No seu entender, será um fenómeno que afecta as línguas no seu provir histórico. Afirmam ainda que, todo o sistema linguístico é constituído por subsistemas sujeitos a transformação, por vezes, em conjunto com outros subsistemas, por vezes, isoladamente. Contudo, por detrás da mudança está a variação linguística, fenómeno inerente aos sistemas; variação que lhes confere o carácter heterogéneo, embora funcionalmente organizado e em equilíbrio, fruto de renovados reequilíbrios.

Os autores acima, afirmam ainda que a mudança que ocorre em situações de contacto linguístico não se confunde com a mudança inerente a qualquer língua; trata-se de um processo do mesmo tipo mas, com origem diferente e consequências diversas. Lembra-se que a maioria das línguas quase está exposta a influências exógenas, por simples proximidade ou por interesse nomeadamente tecnológico e/ou cultural, podendo esta influência contribuir para pequenas mudanças estruturais; a maior parte das vezes, porém, estas influências afectam o léxico.

A este tipo de influência de uma língua de origem sobre uma língua alvo chama-se, habitualmente, no entender dos autores, de interferência.

Do ponto de vista em que nos situamos, o do caso dos falantes destas línguas (português em contacto com o olunyaneka), esta interferência exercer-se-á pelo facto de os falantes em questão estarem a viver um processo de passagem de um estado de monolingüismo a um estado de bilingüismo.

O monolinguismo que será, em linguística, a situação linguística em que uma língua é utilizada numa comunidade ou em que um indivíduo apresenta a competência gramatical e comunicativa numa só língua. Enquanto que o bilinguismo será a situação linguística em que duas línguas coexistem numa mesma comunidade ou em que um indivíduo apresenta a competência gramatical e comunicativa em mais do que uma língua (Xavier & al, 1992).

No caso concreto, cada uma das línguas bantu faladas no Lubango assume a sua importância política, económica, social, cultural e religiosa dentro dos grupos em que são faladas. E isto, faz com que cada grupo seja identificado, principalmente, pela língua falada por si. Neste contexto, a língua falada por cada um dos componentes do grupo estabelece uma fronteira linguística entre estes e os de outro grupo; mas geograficamente esta fronteira é ténue, pelo facto de todos habitarem o mesmo espaço territorial. O facto de cada uma das línguas ser predominante numa região específica, não impede que haja presença de falantes de uma na região de outra, vice-versa; fruto da situação política e socio-económica do país, determinada por factores como a guerra, a procura de melhores condições, o comércio, etc.

Esta diversidade linguística faz com que haja habitantes monolíngues, bilingues e também multilingues em diferentes línguas africanas, faladas no território da província da Huíla, particularmente no Lubango, maioritariamente pertencentes ao grupo bantu. Além disto, cada uma destas línguas locais, admite uma série de variantes, o que contribui para a maior diversidade linguística (Vilela, 1995).

Na Huíla, no cenário de diversidade linguística está presente o português, com o estatuto de língua oficial, enquanto língua da administração do Estado, de escolaridade e língua veicular, na medida em que funciona como a ponte de comunicação entre os diversos grupos etnolinguísticos, o que a torna vítima de interferências linguísticas.

“O bilinguismo, tanto individual, quanto social, é um fenómeno propiciador de interferências linguísticas, na medida em que uma pessoa ou povo bilingue “muitas vezes, quer falar uma coisa e inventa uma maneira de falar aquilo na segunda língua, baseando o seu raciocínio na primeira língua, adaptando palavras e estruturas gramaticais da primeira língua (...) ou, às vezes, ela pode achar que a

palavra que está a falar não expressa exactamente o que quer dizer, mas que uma palavra em outra língua, sim, expressa a sua ideia perfeitamente” (McCleary, 2007).

Este comportamento, muito comum em Angola, na Huíla, em particular, torna a língua portuguesa num idioma com grandes influências de bantuísmos, pois como o país encontra-se numa situação bi- e multilíngue, é natural que, sobretudo na linguagem falada, produzam-se interferências entre estas línguas (Endruschat, 1990).

O contacto de línguas é ainda entendido como um processo de interacção entre duas línguas com a finalidade de se comunicarem. As condições sociais do contacto partem da necessidade de comunicação entre representantes de diferentes grupos etnolinguísticos. A relação linguística ocorre quando há comunicação permanente entre os falantes de línguas diferentes. Durante este processo, os interlocutores utilizam ambas as línguas, simultaneamente, ou em graus diferentes, o que significa que há possibilidade de o falante dominar duas línguas ou de entender passivamente línguas estranhas (Reis, 2006).

Pinto (2006) afirma que “existe contacto de línguas quando coexistem numa mesma região duas ou mais línguas. Este contacto pode levar a que acabe por permanecer uma única língua, desaparecendo a outra ou outras”.

Ainda Pinto (idem) realça que “há uma relação de adstrato quando duas línguas, coexistindo no mesmo espaço geográfico ou espaços vizinhos, influenciam-se, mas em pequeno grau, mantendo cada qual a sua vida própria”.

Quando falantes de línguas diferentes interagem de modo próximo, é típico que as suas línguas influenciem-se mutuamente. As línguas desenvolvem-se, normalmente, através da acumulação gradual de diferenças dialectais até que dois dialectos deixem de ser mutuamente inteligíveis.

Portanto, para o ensino, principalmente ao nível das produções escritas dos alunos, muitas vezes, o uso de variantes linguísticas sociais e escolarmente estigmatizadas pelos alunos provenientes das camadas populares, provoca, às vezes,

preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante padrão socialmente prestigiada. Contudo,

a escola não pode ignorar a complexidade da linguagem de qualquer aluno. Pois, independentemente do meio, da família de que provém e das experiências linguísticas que o aluno tenha vivido, até ao nível escolar em que se encontra (Murrie, 2011).

Quando a escola tenta substituir a língua, que o aluno já fala, por outra, dita “cultura”, ele pode fracassar e assim será, enquanto não perceber que o respeito à fala do aluno é condição primária para atingir o objectivo mais amplo: ensinar tudo a todos.

2.3. Interferência linguística

Para uma efectiva aprendizagem e uso da língua, há que considerar a existência de diferentes comunidades linguísticas, no seio de um mesmo povo.

Entretanto, destas diferentes comunidades linguísticas, leva a diferentes maneiras de realizar-se a fala de uma língua. Pois, havendo comunidade bilingue, multilingue ou mesmo plurilingue, há também o fenómeno de interferência linguística.

O termo “influência”, etimologicamente, provém do latim medieval «*influentia, ae*», substantivo feminino que significa, *ação exercida por uma língua sobre outra* (Houaiss, 2007). Portanto, neste trabalho, interpretamos este termo, equivalente ao termo interferência, isto é, a ação que uma determinada língua exerce ou sobrepõe-se noutra. Ou seja, o poder, o controle, autoridade que exerce noutra. Quando se diz que uma língua pode ser uma intrerferência noutra, significa que pode servir de modelo ou exercer interferência noutra.

Nas palavras de Kukanda (1999), a língua é por essência e, ao mesmo tempo, unidade e diversidade. Unidade pela intercompreensão, e diversidade por factores de carácter diatópico, difásico e diastrático.

No decorrer do tempo, a língua sofre diversas mudanças, por isso é fundamental caracterizar os grupos de pessoas que a falam. Assim, a língua apresenta determinada variação por ser heterogénea, resultante dos aspectos sociais,

culturais, económicos e geográficos que a compõem” (Mesquita & Sobrinha, 2011).

Nesta mesma linha, os investigadores acrescentam que “a língua varia em função do falante e do ouvinte, e ainda, a variação não ocorre apenas do modo de falar das comunidades e dos grupos sociais, mas também do comportamento de cada indivíduo, em determinado contexto ou situação” (Idem). Alguns investigadores consideram que:

“a variação linguística é uma condição do sistema linguístico e as variantes da língua não são aleatórias, mas possuem certa regularidade e estão sempre relacionadas a factores sociais, ou seja, a língua é um sistema marcado por alterações, variações relacionadas com a sociedade”. (Reis et al., 2011).

Zau (2009) afirma que existe o reconhecimento da relevância inquestionável das línguas maternas africanas na aquisição, domínio e enriquecimento da língua oficial, o português, na sua condição de L2”, para a maioria dos angolanos. Embora exista um grupo que tenha o português como língua materna, “os angolanos são, em primeira instância, bantuófonos e não lusófonos”. Por isso, na opinião de Neto (1994), “o desenvolvimento da Língua Portuguesa em Angola passa, necessariamente, pelo reconhecimento desta realidade”.

A partilha do mesmo espaço sociolinguístico com as línguas da Huíla, no Lubango leva, em primeiro lugar, a um défice na expressão do português, por parte dos falantes. Em particular, quando se trata de estudantes ou alunos, verifica-se uma grande dificuldade no processo de ensino e aprendizagem, devido à falta de domínio da língua portuguesa, o que, por sua vez, afecta necessariamente a aprendizagem em todas as áreas disciplinares, pela transversalidade da competência linguística a todas as áreas do saber.

Em segundo lugar, o português falado em Angola, como na Huíla, em particular, tem sido interferido pelas línguas bantu, o que o torna diferente do português padrão europeu. Portanto, para a generalidade do aluno huilano, o português pode ser a sua primeira língua (L1), principalmente nos centros urbanos. Enquanto o olunyaneka, por exemplo, passa a uma segunda língua. De acordo com o investigador Spinassé (2006), “uma segunda língua (L2) é uma língua não-primeira,

que é adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro de um processo de socialização, cujo domínio exige uma comunicação diária”, para que possa desempenhar um papel na integração social.

É de salientar que as interferências linguísticas, resultantes do contacto do português com as línguas bantu, a criação de novas palavras e expressões, bem como certos desvios à norma padrão europeia, imprimem à língua portuguesa uma nova força, vinculando-a e adaptando-a cada vez mais à realidade angolana. Esta situação, de um modo geral, constata-se em todos os países da CPLP. Por isso, em relação a essa situação, Mingas (2004:74) afirma o seguinte:

“A Língua Portuguesa constitui um instrumento nestas comunidades e resulta de uma construção histórica que se consolidou na tensão dialéctica, entre a aceitação e a repulsa, entre a imposição e a liberdade que representava o poder colonial e a ideia da independência e a liberdade. Quer isto dizer que, para lá dos elementos identificadores, de cada um dos Estados e povos que constituem a CPLP, e em que os seus contextos culturais e linguísticos locais são elementos determinantes, há uma efectiva transnacionalização de um património – a Língua Portuguesa – que surge, não como uma única mas várias identidades que se foram, progressivamente, construindo”.

Portanto, Overbeke (1976) e Baetens (1986), a interferência linguística refere-se aos casos de desvio da norma de qualquer das línguas de uma comunidade bilingue devido ao contacto linguístico.

Nesta definição, a norma é entendida não somente como aquela que procede das instituições que estão a cargo de criar regras sobre a língua, mas também com o uso habitual da língua.

Desta forma, este trabalho analisa as interferências linguísticas na interlíngua com base no conceito, acima, isto é, casos de desvio da norma padrão portuguesa devido ao contacto linguístico entre as línguas português e o olunyaneka nos alunos da 7^a classe em estudo. De acordo com a pesquisa, as interferências linguísticas podem ser analisadas nos diferentes níveis (fonológico-fonético, semântico, sintático e ortográfico).

Porém, é destas interferências que nos servimos para o tratamento dos textos dos alunos, dependendo da possível presença das marcas do olunyaneka nos textos.

2.3.1. Influência das línguas bantu no Português

Na Huíla, no Lubango em particular, a língua portuguesa pode já, para a maioria das crianças ou alunos, ser considerada a sua Língua Materna (LM), principalmente nos centros urbanos, embora ainda muitos não acreditem. Não obstante, ainda se deve o cuidado de, no Ensino Primário (EP), adotarem-se métodos e técnicas eficazes, capazes de levarem os alunos a efectuar, conscientemente, a transição e o aprofundamento das aprendizagens da convivência do círculo familiar e social, para a aprendizagem e o conhecimento de conteúdos devidamente estruturados e ministrados, nas instituições de ensino do Ministério da Educação (MED, 2008). Em consequência de ainda se ter um número que tem o português como língua segunda, o desconhecimento da língua portuguesa, veículo de todos os saberes escolares, é um dos maiores obstáculos a ser enfrentado por parte da comunidade escolar huilana, lubanguense, em particular.

Um dos desafios do sistema educativo tem sido, portanto, procurar responder às necessidades de uma comunidade escolar linguisticamente heterogénea. Nesta perspetiva, “a mestria linguística na língua de escolarização é uma condição de sucesso escolar” (Sim-Sim & all, 1997:102). Tratando-se de alunos da 7ª classe cuja língua materna é, para alguns, de origem bantu, tal facto torna o processo de aprendizagem ainda mais difícil.

O convívio no mesmo território de línguas diferentes, no Lubango, o português com as línguas dos cinco grupos étnicos referenciados no trabalho, especificamente das línguas olunyaneka, ngangela, umbundu, cokwe, etc., é, sem dúvida, um factor condicionante para o insucesso do ensino-aprendizagem da língua portuguesa nas escolas.

Selinker (1972), a maioria dos aprendizes, neste contacto linguístico, activa na mente uma estrutura psicológica latente quando tenta produzir ou entender um enunciado numa língua segunda (L2). Esta estrutura realiza-se no sistema independente, que se chama de Interlíngua.

Santos Gargallo (1999) afirma que a interlíngua é:

«Um sistema que possui traços da língua materna e outros propriamente idiossincrásicos, e cuja complexidade vai se incrementando num processo criativo que atravessa sucessivas etapas marcadas pelos novos elementos que o falante interioriza.»

2.3.2. O olunyaneka e o português

O olunyaneka é uma língua bantu pertencente ao grupo etnolinguístico nyaneka. Fixou-se nestas paragens do planalto da Huíla, por meio das últimas migrações bantu, por volta do século XV e XVI, segundo a historiografia portuguesa.

A sua área de difusão centra-se na província da Huíla, estendendo-se até à província do Kunene, com influência nas províncias de Benguela e Namibe. A margem direita do rio Kunene ao Xangongo, pelo município da Matala, Chicomba até Quilengues. A parte leste começa na Jamba a Mutyapulo, Kuvelai, Chamutete fronteira com Kunene, os Muhandas da Mupa, mistura com os Ngangela, Ovambo, Evale conjunto de confluência destas três línguas Ngangela, Nyaneka e Evale. Portanto, é a língua local predominante na Huíla, Lubango (ISCED, 2018).

Quanto ao contacto com o português, já data desde o século XV para cá. Segundo reza a história, a presença da língua portuguesa na Huíla, conforme os dados extraídos da obra de Nicácia Matias (1997) citada por Kambindangolo, deve-se à chegada dos portugueses chefiada por Diogo Cão em 1482, estabeleceram uma aliança com o Reino do Congo. O I Governador, Paulo Dia de Novais, procurou delimitar este vasto território e explorar os seus recursos naturais, em particular os escravos. A penetração para o interior foi muito limitada. Para o planalto da Huíla, o contacto com estes portugueses foi muito mais tarde.

O grupo de madeirenses que desembarcou do Namibe, antigo Moçâmedes, escalou a Serra da Leba e fixou-se na Humpata, posteriormente no Lubango, antiga Sá da Bandeira, tendo contacto com os povos autóctones (Ovanyaneka).

Os madeirenses, para fazerem valer a sua cultura tentaram sobrepô-la à dos autóctones no sentido de ensinar a sua língua, o português, proibindo o uso da língua encontrada, com objectivo de fazer sobressair a deles.

Pe. António Pehena na conversa mantida no dia (15 de Dezembro de 2013) no Bispado da Arquidiocese do Lubango, citado por Kambindangolo, «dizia que à medida que os portugueses se instalavam, foram envidando esforços de aprender a língua olunyaneka e ensinando o português, quer na escola, no comércio, nos convívios e, sobretudo, na evangelização. Outro método sim utilizado foi o uso da linguagem gestual, o que foi facilitando a aprendizagem, tanto do português como do olunyaneka. A partir daí, o português começou acasalar-se com o olunyaneka».

Fruto deste contacto, com o tempo, os portugueses utilizaram como critério de comunicação, para imposição da língua portuguesa, o monolingue (política de assimilação). Contudo, em detrimento da política linguística colonial, segundo Tussamba (2009), a proibição do ensino das línguas bantu induziu à busca de alternativas para cultivar a tradição. Por isso, muitas das línguas nacionais em Angola só são transmitidas oralmente, sem nenhuma escrita, tal como o olunyaneka na Huíla. Até o final do século passado, não lhes eram dadas importância alguma, eis a razão pela qual muitas línguas não têm uma escrita oficializada; as línguas locais viram-se inibidas, passando a serem pouco usadas e em locais restritos, senão mesmo para evangelização apenas.

2.4. O alfabeto das línguas bantu

Ao tratarmos sobre a interferência das línguas bantu nos textos escritos dos alunos, é imperioso fazermos menção ao alfabeto destas línguas; procurando ver se há elementos divergentes comparando ao português, e, da sua formação, em geral (grafema, valor fonético-fonológico e soletração).

Assim, à luz do Boletim nº1, sobre Alfabetos das Línguas Nacionais (Luanda, 1986), aprovado pela Resolução nº3/87 de Maio de 1987 do Conselho de Ministros. O referido alfabeto, resultado de estudos efectuados no Instituto de Línguas Nacionais, no quadro do Projecto ANG/77/009 – “Desenvolvimento das Línguas Nacionais na RPA”.

Este propõe:

- Um código económico e prático que facilita a leitura e a escrita.

- O estabelecimento de uma forma escrita normalizada e baseada na descrição científica, com o fim de substituírem as várias transcrições paralelas de uma língua. Contudo, é sobre o alfabeto do olunyaneka que o nosso trabalho se desenvolve.

2.4.1. O alfabeto do olunyaneka

Ao contrário do alfabeto português, o olunyaneka, sendo uma das línguas bantu, apresenta a seguinte particularidade, segundo o Beletim nº1 do Instituto das Línguas Nacionais:

Quadro 01. Alfabeto do olunyaneka

Grafema	Valor fonético-fonológico	Soletração
A	[a]	A
C	[c]	Tchê
E	[e]	E
F	[f]	Fê
H	[h]	Hê
I	[i]	I
K	[k]	Kê
L	[l]	Lê
M	[m]	Mê
Mb	[mb]	Mbê
N	[n]	Nê
Nd	[nd]	Ndê
Ng	[ŋg]	Ngê
Ñg	[ŋ]	Ñgê
Nj	[nj]	Njê
O	[o]	O
P	[p]	Pê
S	[s]	Sê
T	[t]	Tê
U	[u]	U
V	[v]	Vê

W	[w]	Wê
Y	[y]	Yê

Halme, Riikka E. All (2008).

Algumas regras de transcrição a se ter em conta:

1. O fonema /ny/ escreve «ny», ex.: onyati – pacaça;
2. O fonema /mp/ escreve-se «mp», ex.: mpevo – dá-me;
3. O fonema /nt/ escreve-se «nt», ex.: omuntu – pessoa;
4. O fonema /nk/ escreve-se «nk», ex.: onkava – machado;
5. O fonema /nc/ escreve-se «nc», ex.: ncindepo – leva-me. (Kambindangolo, 2014).

Comparando ao português, temos:

1. O alfabeto converge nas letras: A, C, E, F, H, I, K, L, M, N, O, P, S, T, U, V, W e Y, apresenando o mesmo valor fonético. Mas com uma supressão das letras: B, D, G, J, Q, R, X e Z;
2. Divergem nas letras: Mb, nd, ng, nj que chegam a ser característas específicas para as línguas bantu;
3. E ainda divergem no facto de o olunyaneka não fazer o uso das letras: B, D, G, J, Q, R, X e Z. O que quer dizer, para o olunyaneka, a palavras com estas letras recorre mesmo ao português, aportunuesando-as.

Ainda Tyipa (2002) ao falar de letras e seu valor afirma:

Entre o olunyaneka e o português, o alfabeto é o mesmo.

A – pronuncia-se como em português.

B – é sempre precedido da nasal mb.

D – é sempre precedido da nasal nd.

E – pronuncia-se como em português.

F – pronuncia-se como em português.

G – é sempre precedido da nasal ng. Conserva sempre o som duro, seja qual for a vogal seguida.

As letras I, K, L, M, N, O, P, pronunciam-se como em português.

O Y serve para molhar certas letras e para formar ditongos. Neste último caso y é a semivogal de *i*, como w é a semivogal de *u*.

As letras, que denominamos molhadas são: dy, ny, ty.

Ny soa como nh português. Dy e ty têm sons diferentes, porém, de *tj*, *dj*, e de *tch*.

Os ditongos são: *ai* (deve-se fazer sentir o final), *ay* (soa como pai) *ci*, *ye*, *yi*, *yo*, *yu*, *wa*, *we*, *wi*, *wo*, *wu*.

2.4.2. Tipologias de interferência

Paralelamente às línguas nacionais, a língua portuguesa tornou-se maioritária em Angola, sendo que a população de falantes de português como língua materna tem crescido na mesma proporção em que muitas línguas nacionais deixam de ser faladas, especialmente em contextos públicos. A língua portuguesa falada em Angola apresenta particularidades discursivas, pragmáticas, sintáticas, lexicais, morfológicas, fonológicas e prosódicas. (Mingas, 2000).

Tais especificidades têm motivado os linguistas de Angola a descreverem a norma do português angolano, com vista a legitimar o seu uso em documentos oficiais e o seu ensino em escolas de Angola, priorizando os materiais didáticos angolanos em detrimento dos portugueses ou brasileiros.

Na Huíla, estas especificidades que o português vai apresentando comparativamente ao português padrão europeu (Portugal) resultam do contacto linguístico do português com as línguas locais, a título de exemplo, pode ser com o olunyaneka. Como consequência, as línguas interferem-se mutuamente, tanto na escrita quanto na fala, colocando em causa a sociedade, que é o elemento base no uso da língua.

Quanto à tipologia de interferência, embora a questão de análise de “erro” faça parte do campo da didáctica especial e não da sociolinguística, e uma vez acharmos que o “erro” chega ser, por um lado, o fruto da interferência linguística,

levamos em consideração os dois aspectos. Porém, com maior realce no campo da sociolinguística, tratando-se das interferências linguísticas.

Vários são os autores que asseveram sobre interferências. Neste trabalho, citamos, essencialmente, como principais, Weinreich (1953) e Bortoni-Ricardo (2005).

Com base na definição da interferência linguística Weinreich (1953), as interferências linguísticas são divididas em três níveis: semântico, sintático e ortográfico.

Bortoni-Ricardo (2005) apresenta:

- (i) Interferência de regras fonológicas categóricas na língua em estudo;
- (ii) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais;
- (iii) Interferência de regras fonológicas variáveis descontínuas.

Ainda à luz da tipologia proposta por Miranda (2013) e as de Zorzi (2013), citados pelos André e Kambuta, embora tratem do campo da didática específica, apresentam o seguinte: representação múltipla, omissão, acréscimo, junção de palavras e separação de palavras. No nosso entender, isto pode acontecer como fruto da interferência linguística.

Olhando para os variados pontos de vistas dos diferentes autores acima levantados, achamos importante referir, essencialmente, por entendermos que nenhuma teoria é suficientemente cabal para abarcar a diversidade de interferências. Pois, cada uma completa outra, embora haja semelhanças nalguns pressupostos.

Porém, tratando-se de um campo extensivo, quanto às interferências de uma língua noutra, julgamos relevante apresentar a teoria de cujo autor nos revimos para o tratamento dos dados nas produções escritas dos alunos, relacionando com as marcas típicas das línguas bantu, especificamente do olunyaneka, baseando-se no seu alfabeto, isto é, grafema e pronúncia dos símbolos fonéticos apresentados na tabela anterior, e, finalmente, comprovar o grau de interferência desta língua na língua portuguesa, que é a de ensino nas escolas da província. Assim, estaremos a dar resposta ao problema levantado no nosso trabalho que é: Há ou não

interferência da língua olunyaneka nas produções escritas dos alunos da 7ª classe do Complexo escolar nº116-Imaculada Conceição do Lubango?

Portanto, levantadas e apresentadas as diversas grelhas que versam sobre o assunto em estudo, para nós, no tratamento de dados, apoiamo-nos às teorias de quase todos, mas essencialmente na de Bortoni-Ricardo (2005). Ao apresentar a seguinte classificação:

- I. Interferência de regras fonológicas categóricas na língua em estudo. O que leva a junção de sons nas palavras e a hipersegmentação;
- II. Interferência de regras fonológicas variáveis graduais. Gera fenómenos como: queda do /r/ final nas formas verbais; monotongação de ditongos decrescentes: dinheiro/“dinheros”; ditongação: troca de consoante /z/ pela consoante /s/; supressão e acréscimo de letras: troca o d pelo t: mandato/mandado, troca de surda/sonora;
- III. Interferência de regras fonológicas variáveis descontínuas. Resulta desta: supressão do ditongo crescente em sílaba final: “entro” no lugar de “entrou”; alguns desvios de pontuação que remetem às actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas, o que dificulta compreender o sentido contido no texto.

A teoria chega a ser reforçada por Cagliari (1993) ao afirmar o seguinte:

A distinção entre consoantes surdas e sonoras depende ainda do dialeto que a criança fala, pois, a palavra para um aluno pode conter um [p], um [t] ou um [s], dependendo das variações dialetais. Isto torna também difícil aprender a ortografia das palavras.

Alguns alunos deixam de assinalar a letra **r** de certas palavras, porque segundo suas pronúncias não ocorre nenhum som que eles reconheçam como pertencendo à categoria do **r**.

CAPÍTULO III – TRATAMIENTO DE DADOS

3.1. Metodologia do trabalho

Durante a nossa actividade como estudante, professor e das variadas consultas que fizemos acerca do título “Influência do olunyaneka nos textos escritos dos alunos da 7ª classe do Complexo escolar nº116-Imaculada Conceição do Lubango”, pouco encontramos sobre trabalhos ou obras que se referiram de forma exaustiva.

A escassez de bibliografia, principalmente na área do olunyaneka, constituiu uma das principais limitações, fazendo com que nos baseássemos apenas nas poucas obras e trabalhos que se aproximaram a abordar temas semelhantes e nos programas vigentes, nos textos dos alunos que nos serviram de ferramenta para o sucesso deste trabalho. Em seguida, a pesquisa bibliográfica, que nos documentou sobre aspectos relativos à interferência do olunyaneka nos textos escritos dos alunos, principalmente, dalguns trabalhos que abordaram sobre o fenómeno da influência linguística e doutras obras.

Por fim, com vista a estudar os mecanismos para dar corpo ao objectivo de contribuir para a minimização das dificuldades do ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa aos alunos da 7ª classe do Complexo escolar nº116-Imaculada Conceição do Lubango.

3.2. População

A pesquisa levada a cabo neste trabalho foi realizada no Complexo Escolar nº116-Imaculada Conceição, sediado na cidade do Lubango. A população alvo da nossa pesquisa é de 135 alunos, distribuídos nos dois períodos de aulas (manhã e tarde), de diferentes sexos, da 7ª classe, curso regular, repartidos por três turmas.

3.3. Amostra

A amostra seleccionada é de 14 alunos, correspondente a 10%. A selecção dos informantes para o presente estudo foi baseada nos números múltiplos de nove (9).

Para a realização deste trabalho, utilizamos amostras de textos produzidos pelos alunos, pertencentes aos géneros crónica e artigo de opinião. Os dois géneros trabalhados são pertencentes à modalidade escrita. O género crónica é um género

com predominância da tipologia narração e, segundo Araújo e Barbosa (2013), ele [...] surgiu no início do século XIX na época da escola literária modernista a partir de publicações em folhetins, os quais tratavam de diversos assuntos presentes na vida diária social da época, mas tinha por principal finalidade distrair os leitores lhes proporcionando momentos de distração através da imaginação e reflexão sociocrítica.

Diante do exposto, compreendemos que este género é importante por possibilitar ao aluno uma reflexão sobre assuntos do dia a dia e próximos à sua realidade. Em relação ao artigo de opinião, sabemos que ele tem a predominância da tipologia argumentação, em que diante de um tema, o aluno apresenta o seu ponto de vista. Este género pode ser redigido em primeira ou terceira pessoa do discurso, apresentando introdução, desenvolvimento e conclusão. Assim, da mesma forma que o género crónica é representado na modalidade escrita, o género artigo de opinião também.

Para constituição do corpus desta pesquisa, o primeiro passo, depois de muitas leituras que embasaram, teoricamente, nossos conhecimentos sobre a interferência de uma língua noutra, nos diversos aspectos, principalmente na escrita que é o nosso foco, foram seleccionadas, dentre as amostras de textos colectados catorze (14) redacções, fruto de uma oficina de produção textual. A oficina foi realizada com alunos do I ciclo do Ensino Secundário, isto é, da 7ª classe, com a faixa etária dos 12 a 14 anos, numa escola pública, denominada Complexo Escolar nº116-Imaculada Conceição, situada no município do Lubango, bairro Patrício Lumumba. E as redacções seleccionadas pertenciam aos géneros artigo de opinião e crónica.

Nesta secção, concordando com a teoria de Bortoni-Ricardo (2005), ao apresentar a classificação acima referida, sobre o fenómeno de interferência linguística, procuramos analisar e identificar as marcas presentes nos textos dos alunos.

3.4. Procedimentos metodológicos

Este trabalho afigura-se como uma pesquisa descritiva, uma vez que busca descrever as interferências de uma língua noutra nos textos escritos dos alunos, particularmente aquelas decorrentes da oralidade à escrita. Para o alcance dos

objectivos traçados, com o título que nos propomos, recorreremos à seguinte metodologia:

- i) Teste de produção escrita (realizado durante a época de prova do professor na disciplina de Língua Portuguesa/I trimestre):

A produção escrita da prova teve dois temas, o que era da escolha do aluno para o desenvolvimento de um deles. Estes foram:

- 1- Fala dos benefícios da efeméride 4 de Abril para os angolanos; Ou se preferires, fala da importância da organização das actividades diárias na tua vida.

Achamos importante a escolha deste instrumento, visto que deixaria os alunos exporem os seus pensamentos de forma arbitrária e espontânea, procurando, desta forma, verificar nas suas redacções marcas de interferência de uma língua noutra (olunyaneka no português).

- ii) Inquérito por questionário aos alunos:

Urgiu a necessidade da aplicação deste inquérito por questionário, contendo perguntas simples, a fim de se obter informações sobre as línguas que falam nos diferentes lugares.

3.5. Análise e tratamento dos dados

Neste ponto, procuramos levantar, analisar e categorizar as interferências produzidas pelos alunos, que julgamos decorrentes do contacto das línguas. Na produção escrita, como foi referido acima, eram apresentados dois temas: **I.** Fala dos benefícios da efeméride 4 de Abril para os angolanos; **II.** Ou se preferires, fala importância da organização das actividades diárias na tua vida. Entretanto, com estes temas, procuramos identificar e recolher as possíveis interferências do olunyaneka nas produções escritas dos alunos, relacionadas com a estrutura fonético-fonológico (marcas orais na escrita) nos textos.

3.5.1. Interferências detectadas

Nesta secção, procuramos identificar e analisar a existência ou não das marcas da interferência do olunyaneka nos textos dos alunos. Porém, feita a análise dos textos, ficou-nos claro que, as interferências detectadas não são especificamente do olunyaneka; pois, a análise contrastiva dos símbolos fonéticos do olunyaneka

apresentados no trabalho, demonstrou-nos, e, como resposta ao problema de investigação, a não existência de interferências específicas do olunyaneka. Portanto, a nossa afirmação é ainda corroborada nas respostas dos inquiridos, a partir dos gráficos, abaixo.

Contudo, apesar de os textos não apresentarem marcas específicas do olunyaneka, é imperioso referir que, pode haver interferências, mas generalizadas às línguas bantu. É o caso, como exemplo, da discordância dos nomes no plural entre o artigo e substantivo. O que nas línguas bantu só apresenta o morfema do plural prefixada. Foi um dos casos recorrente nos textos dos alunos.

Salientamos que, embora os textos não apresentem interferências específicas do olunyaneka, os desvios detectados nos textos foram tipificados, classificados e categorizados na base da teoria de Bortoni-Ricardo. A autora denomina-os de “interferências decorrentes da própria natureza arbitrária do sistema de convenções da escrita” (sintaxe e ortografia). Não os evidenciamos, claramente, levando em consideração que este não é o foco da presente pesquisa.

Demonstramos, a seguir, um levantamento das principais ocorrências que exemplificam estas marcas.

Texto 1. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 9

Nesta categoria Bortoni-Ricardo (2005) insere os vocábulos fonológicos constituídos de duas ou mais formas livres ou dependentes grafadas como um único vocábulo formal (“eque”).

b) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais:

Queda do /r/ final nas formas verbais ou ainda o /s/ final do plural nas palavras:

“nossos antepassado”.

No nosso entender, para o caso da queda da letra **s** no final da palavra no plural, dá-se pelo facto de nas línguas bantu, esta marca aparecer no princípio da palavra e não no final. Por exemplo, no olunyaneka: ongombe (o boi) no singular; plural **onongombe** (os bois).

Outro caso levantado nesta produção é o caso em que o aluno faz a troca de um som do verbo no imperfeito do indicativo para o futuro do indicativo (lutaram/lutarão). Cagliari (1993) acha isto grave, remetendo ao aluno a um tratamento de fonoaudiólogo. Assim acontece com o desvio do som na palavra “trouxé”, onde o aluno apresenta dois valores, (trouce; troucé). Fruto da interferência oral na pronúncia da palavra.

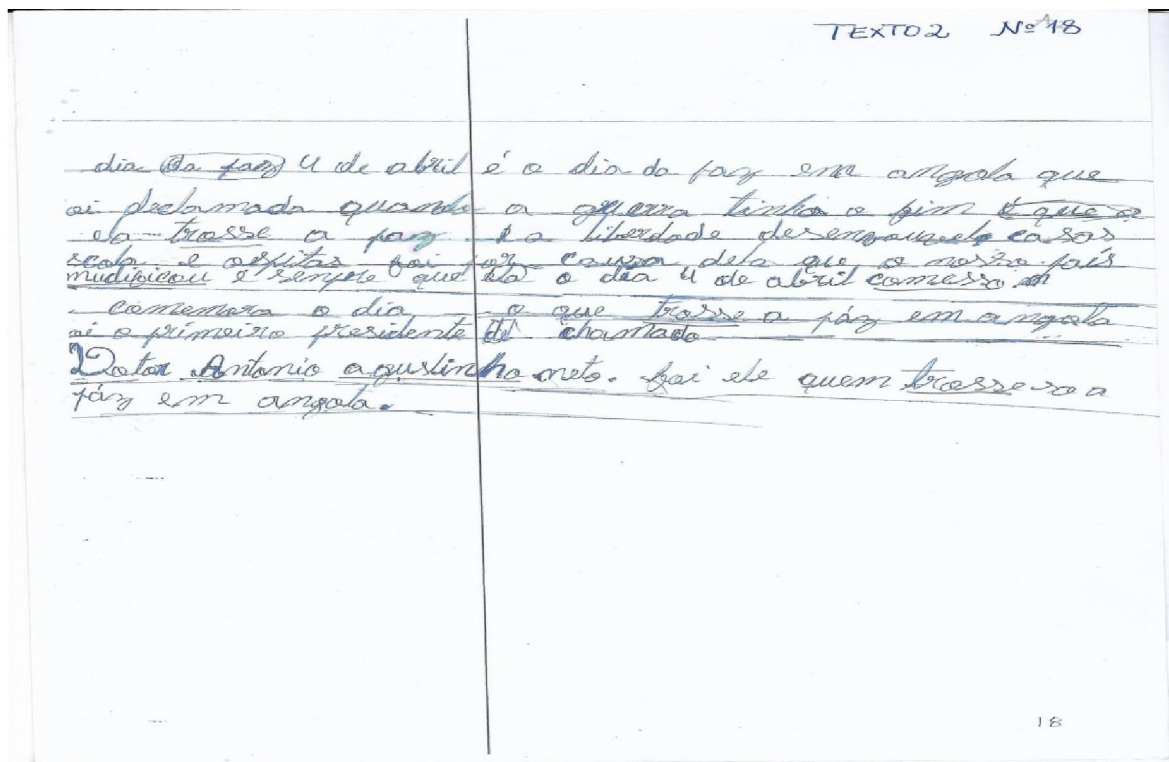
c) Outras interferências:

Alguns desvios de pontuação que remetem às actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas, o que dificulta compreender o sentido contido no texto. Isto nos leva a inferir que o aluno realiza tal acção por entender que a oralidade é contínua.

Compreende-se que estes desvios são uma ilustração clara de como as interferências orais podem se manter presentes na produção escrita quando não se é trabalhado de maneira mútua as duas modalidades (oral e escrita).

Texto 2. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 18



Constatamos, no texto dois, as seguintes interferências:

a) Interferência de regras fonológicas categóricas no português:

- Supressão de um fonema no interior, no início e no final da palavra: "trosse" no lugar de "trouxe"; confusão entre a escrita e a oralidade ao grafar a palavra. "ospital" no lugar de "hospital" e "comesso" no lugar de "começou". Isto é decorrente da interferência de regras fonológicas categóricas no português.

- Trocas de letras: "senpre"; "desenvouvel"; "mudificou"; "agustinho" nos lugares de "sempre"; "desenvolveu"; "modificou"; "Agostinho".

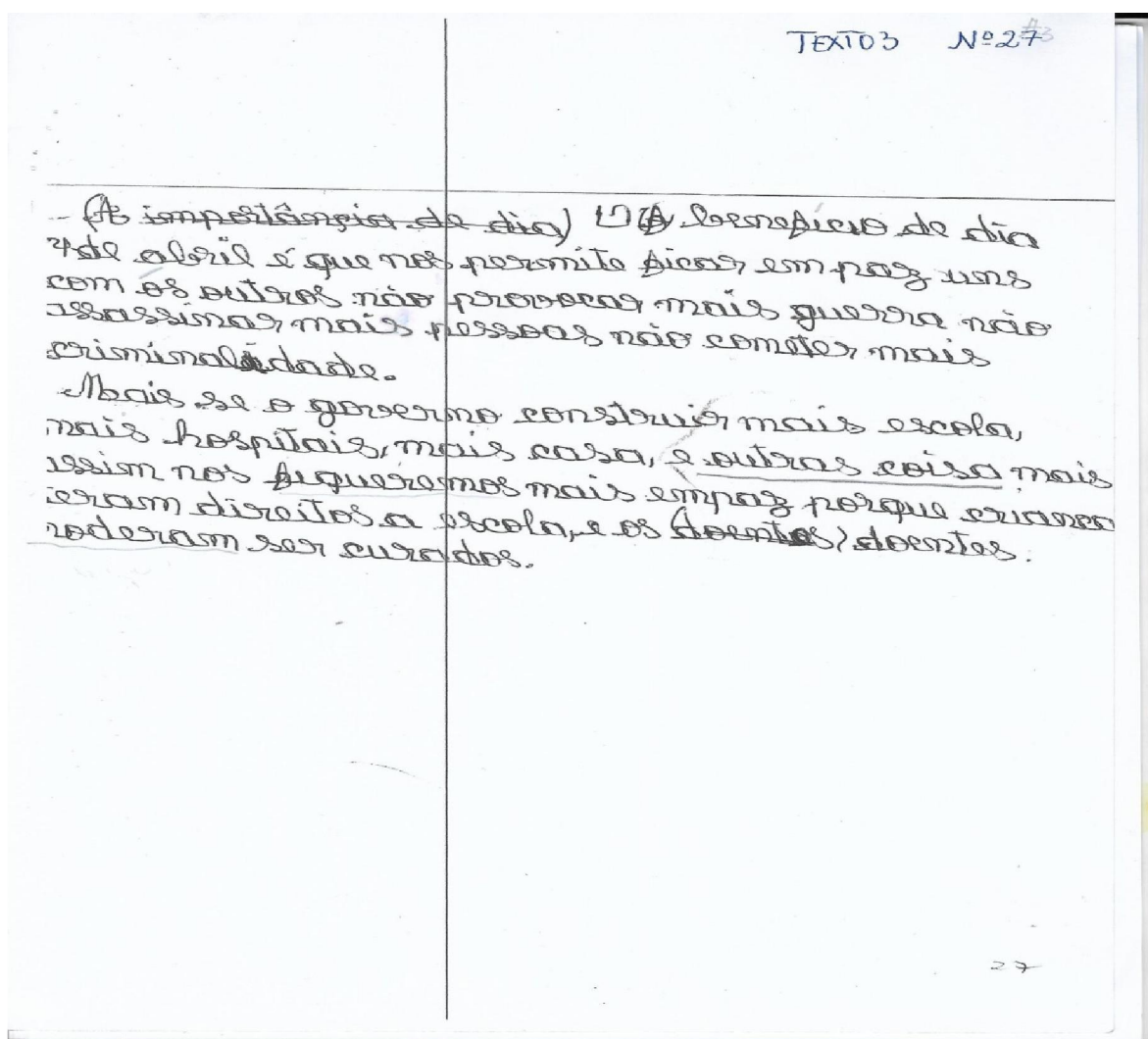
A isto se pode ver como uma língua natural: aquisição e mudança ao mesmo tempo; tanto a sociolinguística quanto o gerativismo defendem que a variação linguística é na verdade mudança linguística, a aquisição é um processo contínuo de mudança linguística que coloca a acção do falante adquirindo como uma forma dialética que ao aprender também modifica e oferece novas idiossincrasias aos sistemas e às normas.

b) Outras interferências:

Problemas com o emprego de pontuação que pode ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

Texto 3. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 27



Neste, levantou-se o seguinte:

- Interferência de regras fonológicas categóricas no português:

O aluno (a) faz a junção de sons nas palavras "em paz", e escreve "empaz" (formação de grupo de força).

Mais uma vez fenómeno da hipossegmentação, que segundo Bortoni Ricardo (2005), diz respeito a um tipo de grafia que desconsidera os limites gráficos da palavra, em razão da influência da prosódia.

Nesta categoria Bortoni-Ricardo (2005) insere os vocábulos fonológicos constituídos de duas ou mais formas livres ou dependentes grafadas como um único vocábulo formal (“empaz”).

b) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais:

- Adição da vogal /i/, por confundir o “mas” por “mais”. Em: “mais se o governo...”. E ainda a supressão do **s** final no plural, “outras coisas” por “outras coisa”.

Ainda é verificado, nesta produção, o fenómeno de troca de verbos de um tempo para outro, por entender que daquela forma estaria correcto. Exemplo, “as crianças terão...” por “as crianças terem direitos”; “os doentes poderão...” por “os doentes poderam ser curados”.

Cagliari (1993) afirma que “o erro mais comum dos alunos é caracterizado por uma transcrição fonética da própria fala [...]”.

c) Outras interferências:

Ainda são notórios alguns desvios de pontuação que remetem às actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas, o que dificulta compreender o sentido contido no texto. Isto leva-nos a inferir que o aluno realiza tal acção por entender que a fala é contínua.

Texto 4. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 36

alunos mas os bons valores, ao deixar as pessoas
trabalha e ter um bom valor marrido que e o
mar.

7. b) Revisão da 4 de abril marrido dos Angelanos
me (e) anta sempre de vermos de construir novas escolas,
novas casas, mas em pira das, no (e) costumes, mas no

a) Interferência de regras fonológicas categóricas no português:

- Vogal /i/ no lugar da vogal /e/, pois, ao invés de escrever /entender/, escreve /intender/ . Há uma troca de som dos fonemas.
- Troca da letra /z/ pela letra /s/ no som “fez” por “fes”.
- Ainda se verifica que o aluno também faz a junção do som nas palavras "na vida", e escreve "navida" (formação de grupos de força).

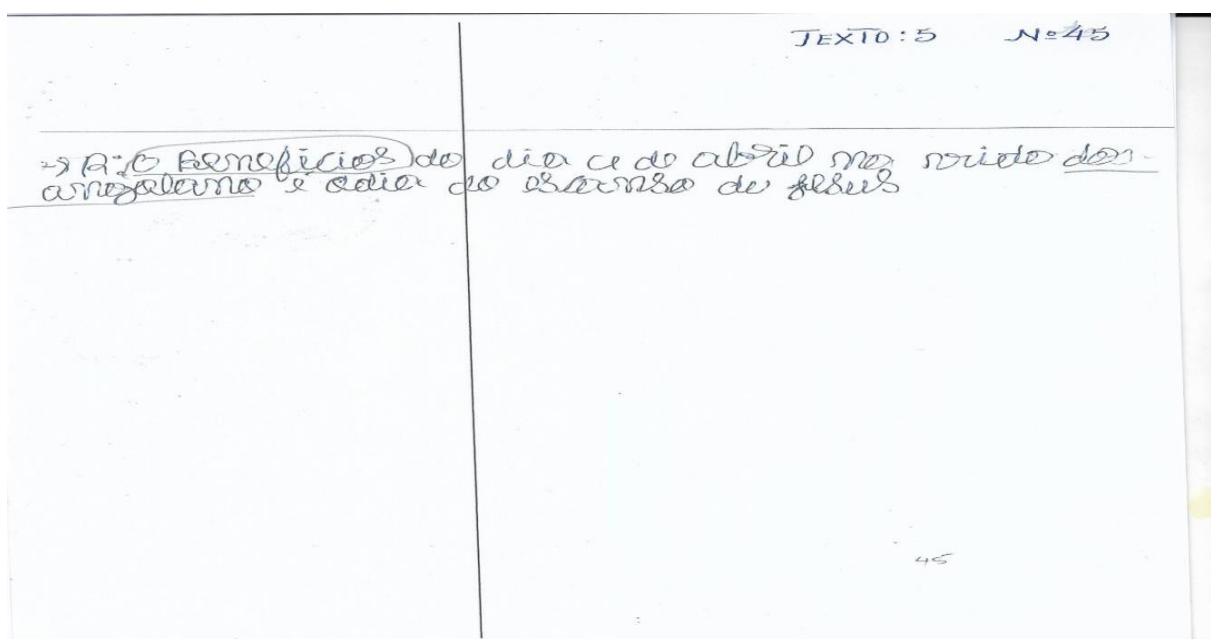
b) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais:

- Supressão da consoante /r/ de infinitivo em: “trabalha”.

- Supressão da consoante /h/ inicial na palavra “hábito” por “abito”.
- Adição de letra na palavra “costume” por “constume”.
- Supressão de letra no interior da palavra: “Benefício” por “Benficio”.

Texto 5. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 45



a) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais

- Queda do /s/ no plural: “vida dos angolano”.
- Supressão da letra /s/ na expressão “os benefícios” por “o benefícios”.
- Supressão do /d/ inicial na palavra “descanso” por “escanso”.

b) Interferência de regras fonológicas categóricas no Português:

- Mais uma vez o aluno (a) faz a junção de sons nas palavras "o dia", e escreve "odia" (formação de grupo de força).

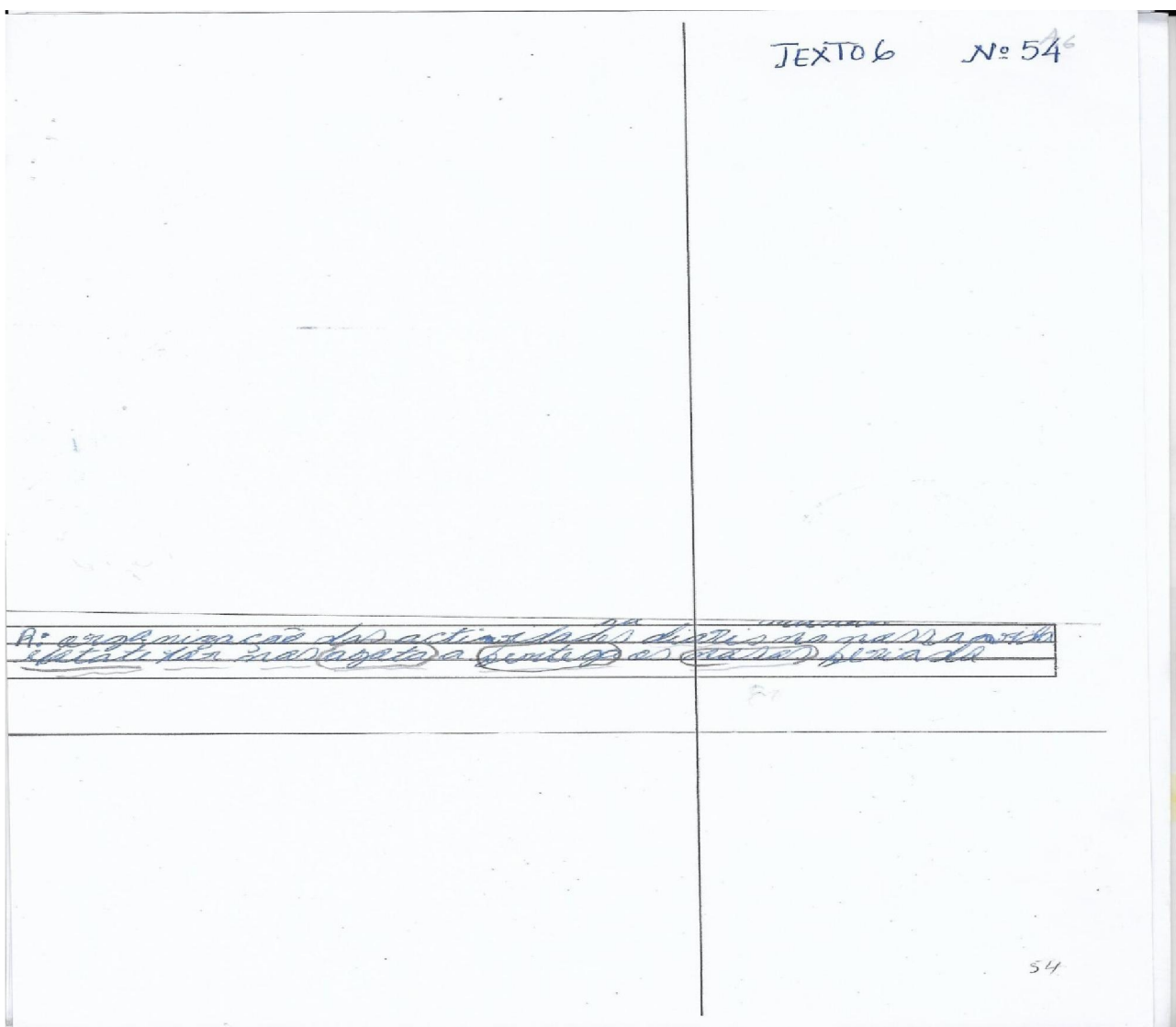
c) Outras interferências:

- Problemas com o emprego de pontuação que pode ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a

compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

Texto 6. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 54



a) Interferência de regras fonológicas variáveis descontínuas:

De realçar, nesta categoria, estão incluídos os desvios ortográficos que, conforme Bortoni Ricardo (2005) seriam, geralmente, provenientes de variedades rurais e/ou submetidas a forte avaliação negativa.

- No texto, o aluno apresenta palavras sem sentido, de difícil compreensão. Como: “ipotate” que talvez fosse a palavra “importante”; “agota” que não entendemos o que seria; “fentega” também sem entendermos o que seria.

b) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais:

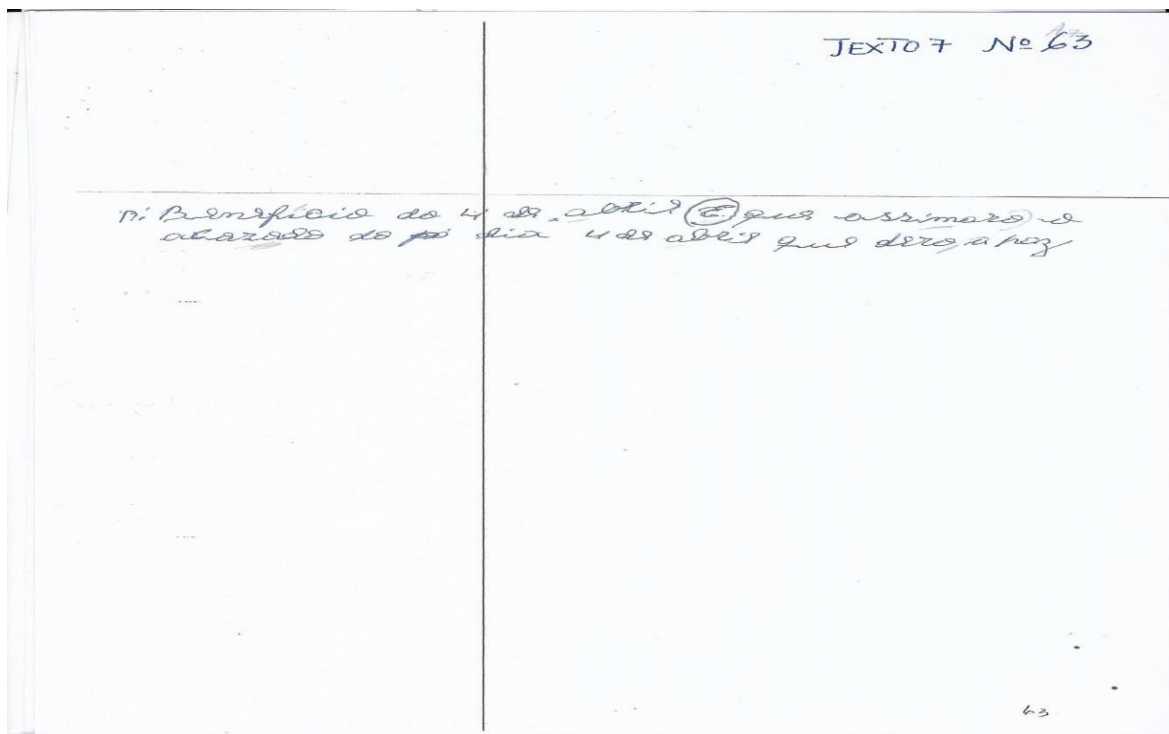
- Supressão da letra /s/ na palavra “nossos” por “nosos”.
- Supressão do /s/ final no plural: “nossos feriados” por “nossos feriado”.

c) Outras interferências:

- Problemas com o emprego de pontuação que pode ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

Texto 7. Análise das produções dos alunos

TEXTO N°63



a) Interferência de regras fonológicas categóricas no português:

- Troca do /é/ pelo /e/: “É que...” por “ E que...”

- Troca do /m/ por /n/ na palavra “assinaram” por “assimaro”.
- Troca da marca do tempo imperfeito na terceira pessoa do plural do verbo no indicativo, “assinaram”, “deram” pela supressão do ditongo nasal final nas palavras, substituídos pela sílaba oral “ro”: “assimaro”; “dero”. Fruto da confusão oral-escrita.

b) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais:

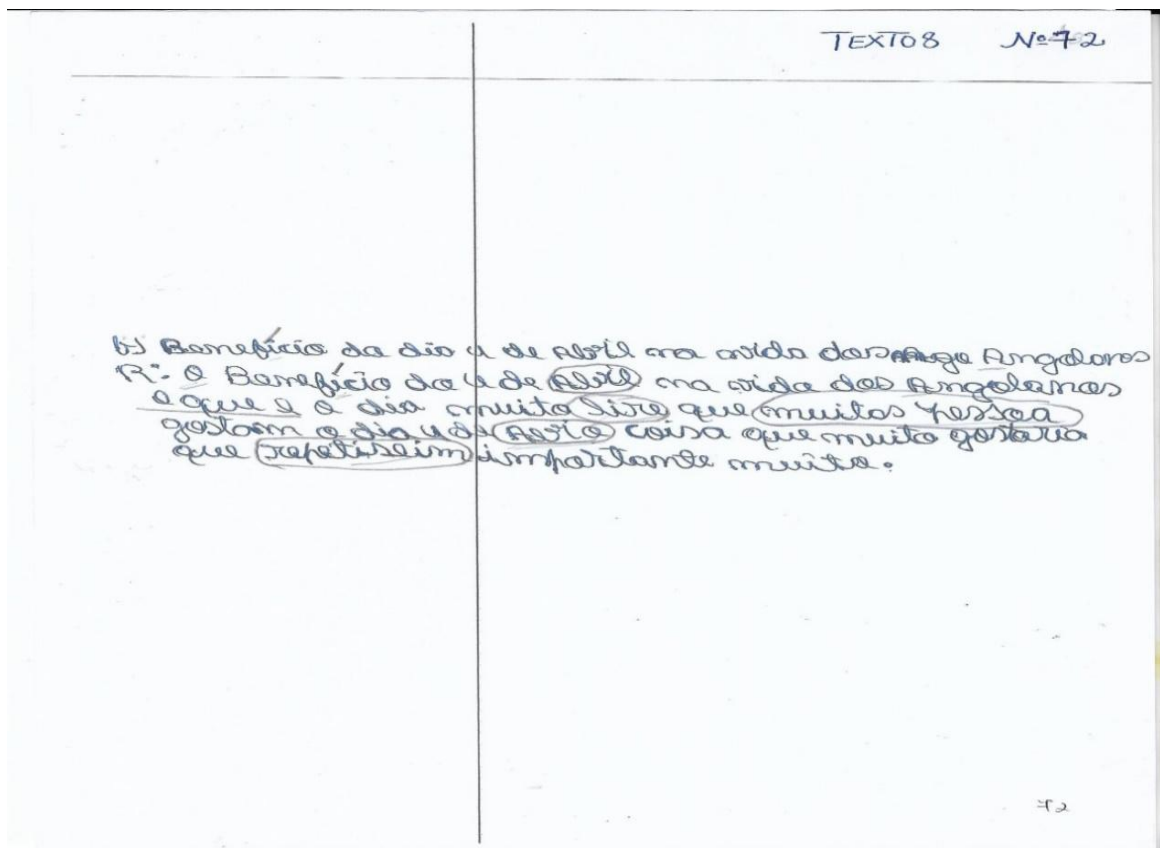
- Adição de letra no interior da palavra: “acordo” por “acorodo”.

c) Outras interferências:

- Problemas com o emprego de pontuação que pode ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

Texto 8. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 72



a) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais:

- Supressão do /s/ final no plural: “muitas pessoas” por “muitas pessoa”.
- Supressão do /s/ na palavra “repetissem” por “repetiseim”.

b) Interferência de regras fonológicas categóricas no português:

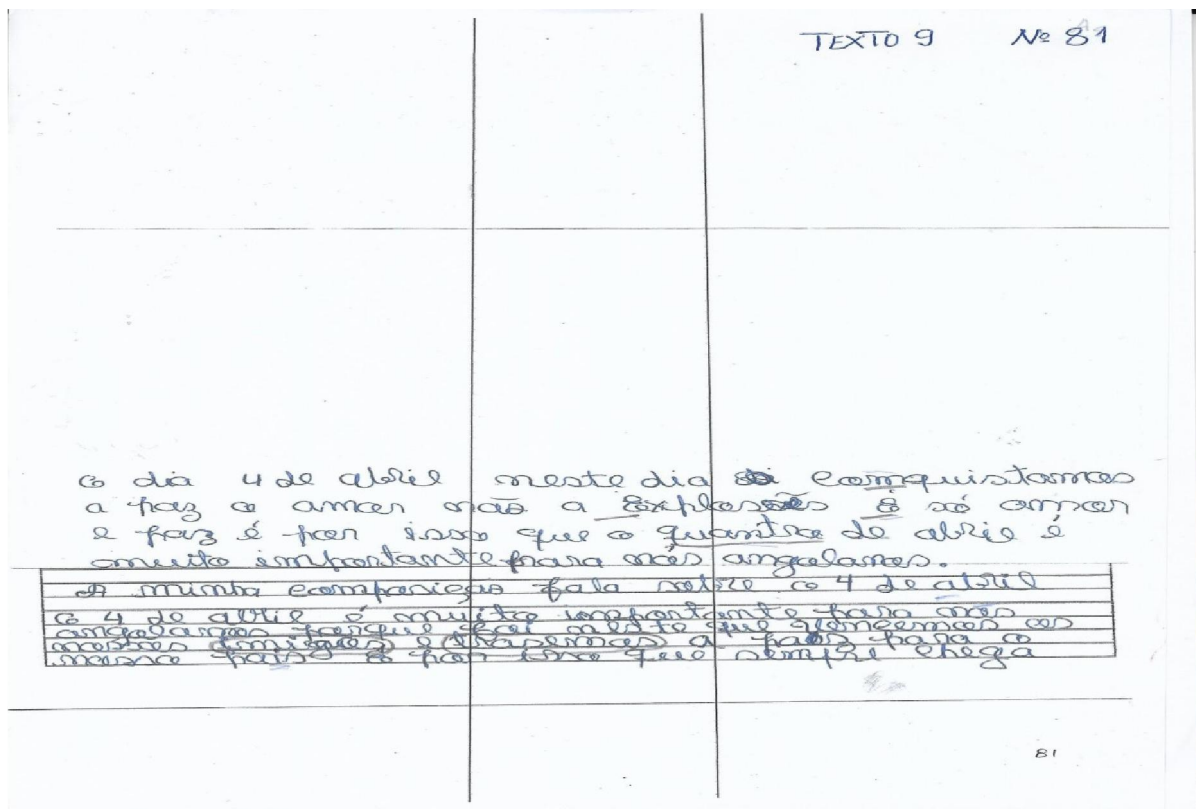
- Troca do som da consoante // pela vogal /o/, pois escreve "abril" como se pronuncia "abrio". O som/fonema /u/ de abril é representado pelo grafema “l”, ele não tem som lateral de //.
- Problema de transcrição fonética-fonológica da palavra “repetissem”; o aluno escreve-a da seguinte forma: “repetiseim”.

c) Outras interferências:

- Problemas com o emprego de pontuação que pode ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

Texto 9. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 81



a) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais:

- Supressão da sílaba /ni/ na palavra “inimigos” por “imigos”.
- Adição de letra na palavra “quatro” por “quantro”.

b) Interferência de regras fonológicas categóricas no português:

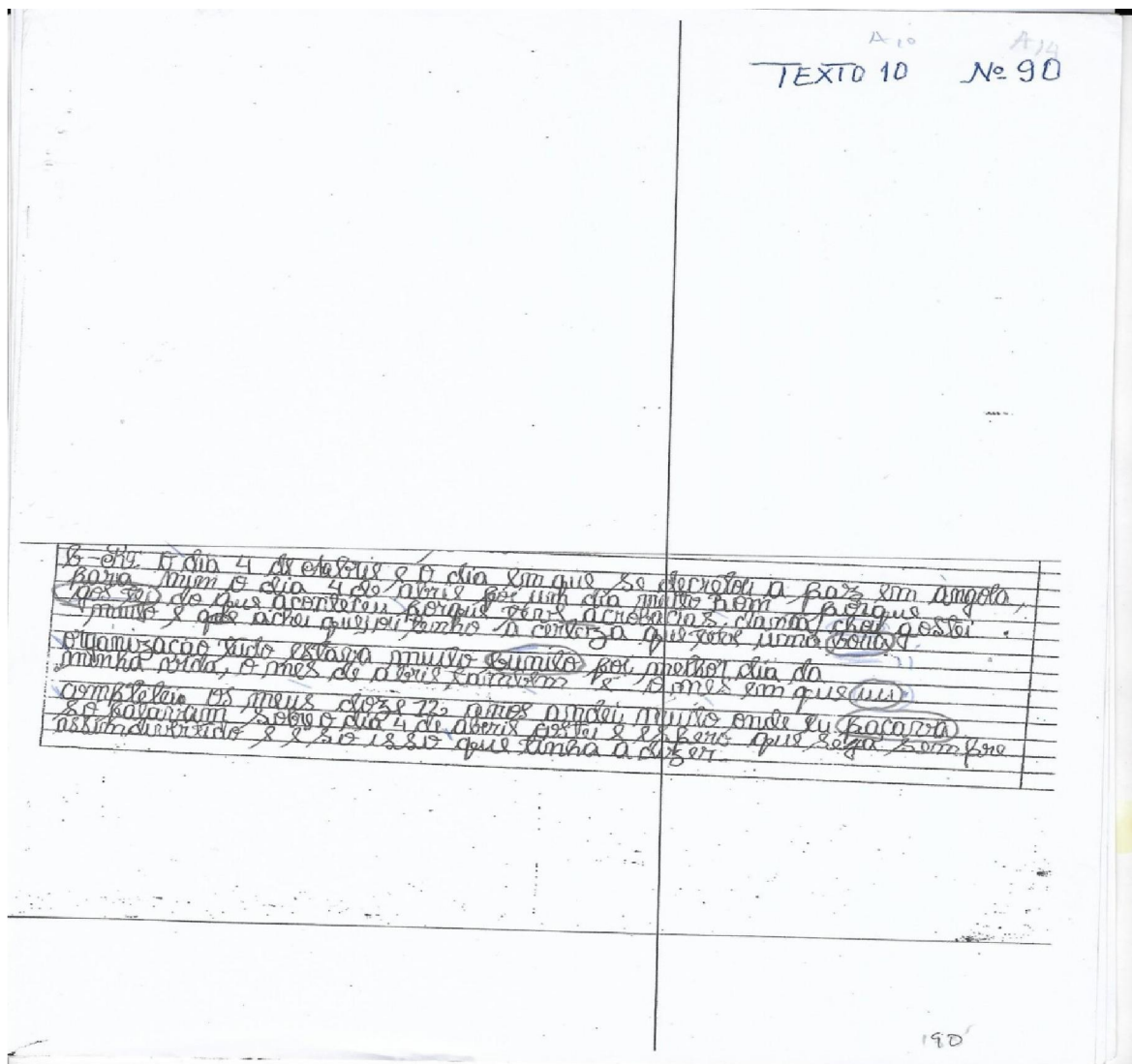
- Troca da letra /z/ pela letra /s/ na palavra “trazemos” por “trasemos”.
- Troca da letra /n/ pela letra /m/ na palavra “conquistamos” por “comquistamos”.

c) Outras interferências:

- Problemas com o emprego de pontuação e com regras ortográficas que pode ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

Texto 10. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 90



a) Interferência de regras fonológicas categóricas no português:

- O aluno faz a separação de sons na palavra: “goste!” por “gos te!”.
- Troca da vogal /o/ pela vogal /u/ na palavra “bonita” por “bunita”.
- Troca do som /ss/ por /ç/ na palavra “passava” por “paçava”.

b) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais:

- Adição de letra na palavra: “boa” por “boua”.

c) Interferência de regras fonológicas variáveis descontínuas:

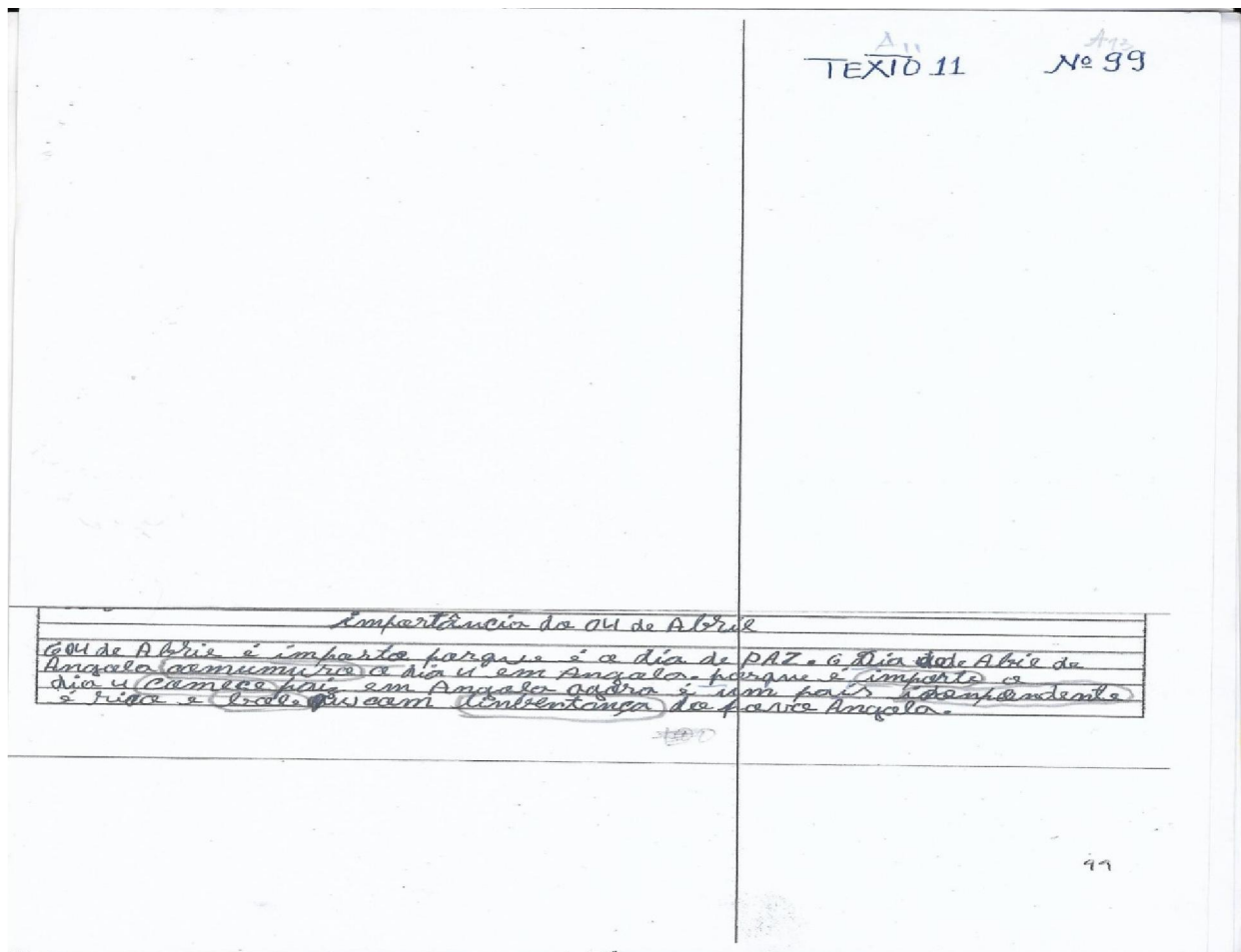
- Desvio ortográfico por força da oralidade na palavra “eu” por “uu”.

d) Outras interferência:

- Problemas com o emprego de pontuação e com regras ortográficas que pode ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

Texto 11. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 99



a) Interferência de regras fonológicas variáveis graduais:

- Supressão de letras na palavra: “importante” por “importe”

- Supressão da vogal /u/ no ditongo “ou” por “o” na palavra “comemorou” por “comemoro”.

- Adição da vogal /i/ na palavra “paz” por “paiz”.

b) Interferência de regras fonológicas categóricas no português:

- Troca de vogais /e/ por /u/ e /o/ por /u/ na palavra “comemorou” por “comumuro”.

- Troca da sílaba “ça” pela “ce” na palavra “começa” por “comece”.

- Troca da posição da letra na palavra: “independente” por “idenpendente”.

c) Interferência de regras fonológicas variáveis descontínuas:

- Desvio ortográfico pela força da oralidade na palavra: “liberdade” por “linbentança”.

d) Outras interferências:

- Problemas com o emprego de pontuação e com regras ortográficas que pode ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

a) Interferência de regras fonológicas categórica no português:

- Troca o /b/ pelo /p/: “conpatentes” (combatentes).
- Troca o /m/ pelo /n/: “conpatentes”.

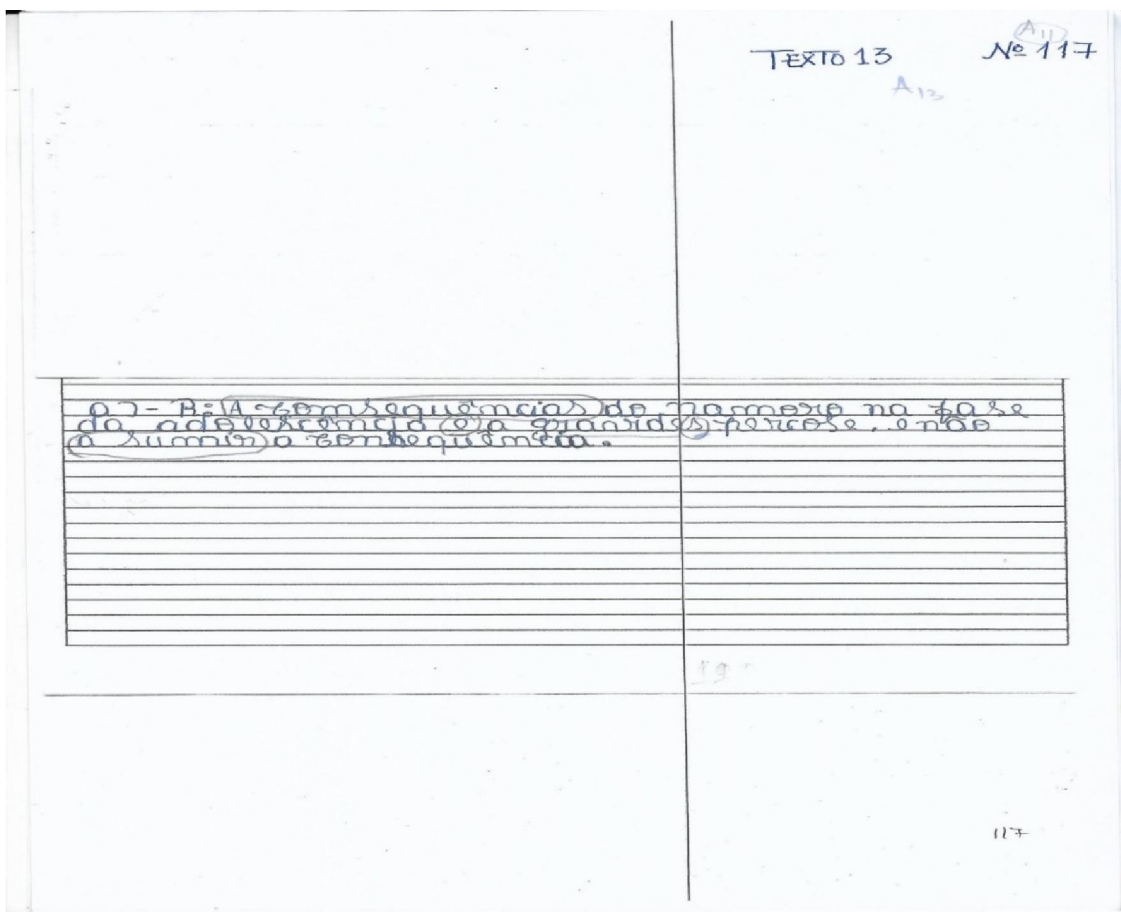
Estes desvios chegam a ser considerados, às vezes, graves, levando ao aluno a um tratamento fonoaudiólogo.

b) Outras interferências:

- Problemas com o emprego de pontuação, concordância e com regras ortográficas que pode ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

Texto 13. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 117



a) Interferência de regras fonológicas categóricas no português:

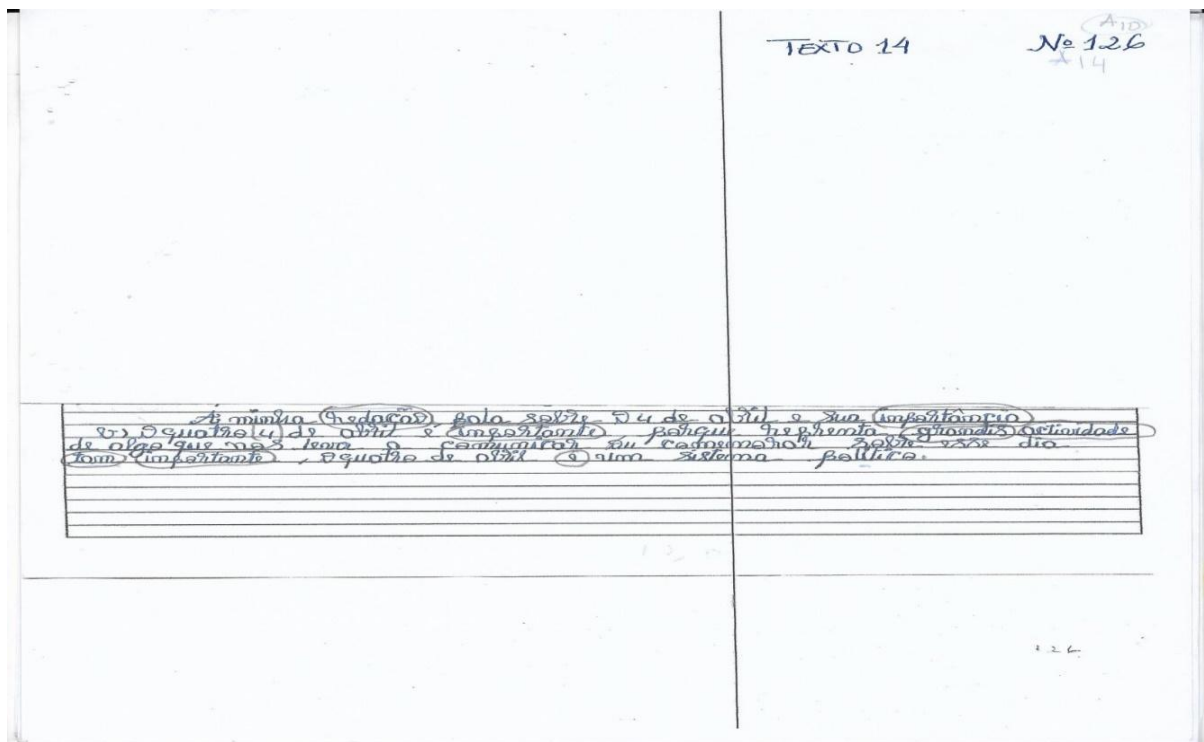
- Supressão do /s/ na palavra inicial, como marca do plural: “As consequências” (As consequências).
- Troca do /z/ pelo /s/ na palavra: “gravidez” por “gravidess”.
- Troca da posição da letra na palavra: “precoce” por “percosse”.
- Troca do /c/ pelo /s/ na palavra: “precoce” por “percosse”.
- Separação de sons na palavra: “assumir” por “a sumir”.

b) Outras interferências:

- Problemas com o emprego de pontuação, concordância e com regras ortográficas que pode ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

Texto 14. Análise das produções dos alunos

TEXTO Nº 126



a) Interferência de regras fonológicas categóricas no português:

- Supressão de letra na palavra: “acção” por “ação”.
- Troca do /m/ pelo /n/ na palavra: “importante”; “importância” por “inportante”; “inportancia”.
- Troca da vogal /e/ pela vogal /i/ em “grandis”;
- Supressão de letra em “grandis actividade” (grandes actividades).
- Troca do ditongo nasal “ão” pelo “am” em “tam” (tão).

b) Outras interferências

- Problemas com o emprego de pontuação, concordância e com regras ortográficas que podem ser interferência das actividades conversacionais, sem pausas, falas seguidas/contínuas. Isto dificulta a compreensão do texto e nos leva a pensar que o aluno utiliza tal acção por entender que a fala é contínua.

Portanto, olhando para o resultado levantado dos textos dos alunos quanto ao fenómeno em estudo, vê-se, obviamente, que há um elevado número de

interferências orais nas suas produções. Contudo, na fase de ensino em que os alunos se encontram (I ciclo, 7^a classe), seria interessante que não encontrássemos um número tão elevado de registos orais nos textos escritos, pois trata-se de alunos que já deviam ter criado hábito de leituras, o suficiente, e esperaríamos que utilizassem o conhecimento acumulado da língua no momento da produção escrita.

Segundo a análise feita por nós, uma das maiores razões da presença de interferências na escrita, além, do contacto das línguas no Lubango, é o facto de não existir uma relação biunívoca entre o grafema e o fonema, principalmente no português.

Nas línguas bantu, a situação apresenta-se diferenciada:

- À luz do alfabeto das línguas bantu, sendo o olunyaneka uma delas, o mesmo propõe um código económico e prático que facilita a leitura e a escrita, não só aos utentes destas línguas, como também a todos aqueles que pretendem aprendê-la;
- O estabelecimento de uma forma escrita normalizada e baseada na descrição científica, responde a uma necessidade real de se substituírem as várias transcrições paralelas de uma língua e não adoptadas ao sistema fonológico da mesma, por uma escrita uniforme.

Portanto, este facto, na língua portuguesa, acontece de forma diferente. Parece mais arbitrária. A não uniformização, no que diz respeito ao código escrito, leva, indubitavelmente, a uma confusão da escrita por parte dos alunos.

3.5.1.1. Tabela de tipologias de interferências detectadas

A tabela, abaixo, demonstra os tipos de interferências, a frequência e a percentagem.

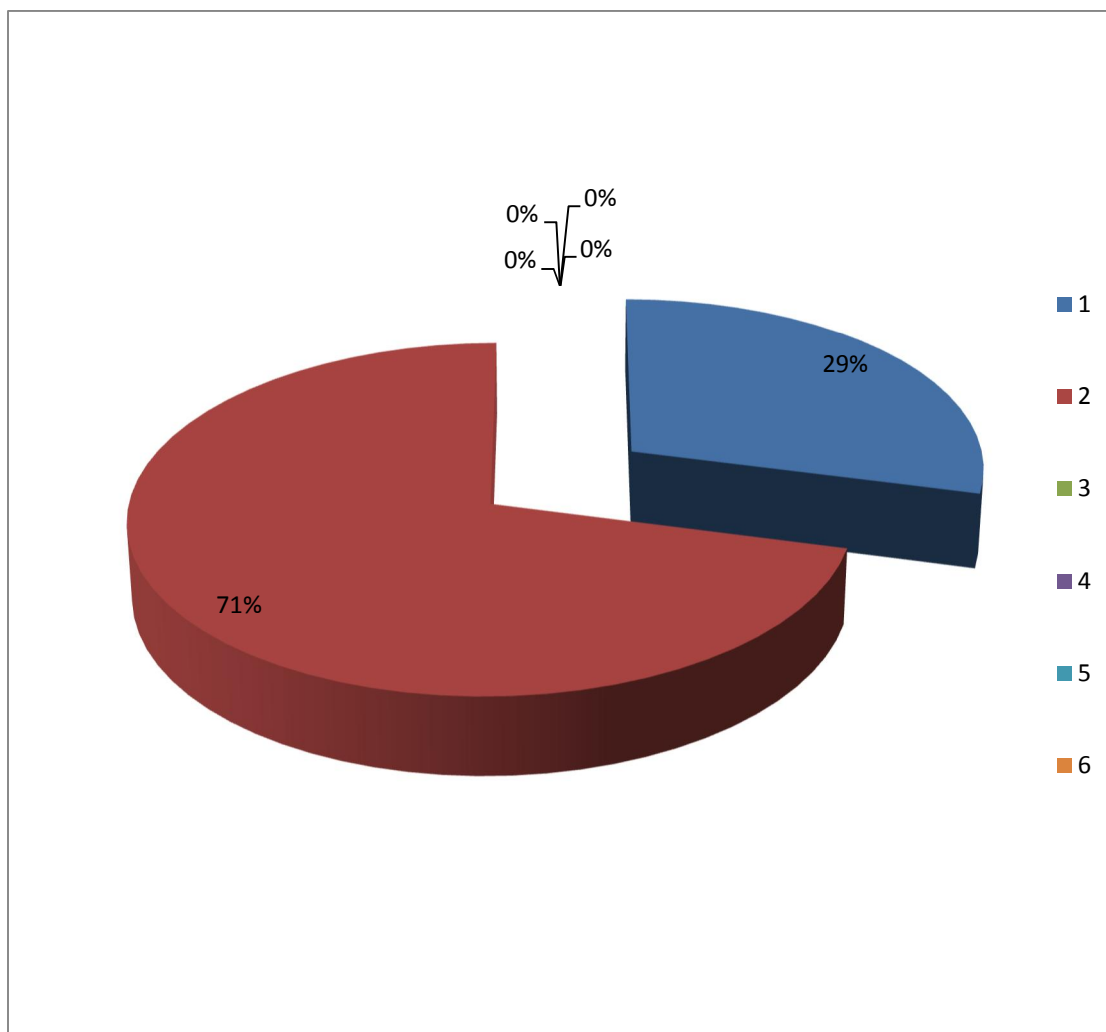
Tipos de interferência	Frequência	Percentagem
Interferência de regras fonológicas categórica no português.	40	40%
Interferência de regras fonológicas variáveis graduais.	25	25%
Interferência de regras fonológicas variáveis descontínuas.	10	10%
Outras interferências	25	25%
TOTAL	-----	100%

3.5.2. Tratamento de dados - Inquéritos aplicados aos alunos

Os gráficos, abaixo, representam as respostas dos alunos aos inquéritos aplicados.

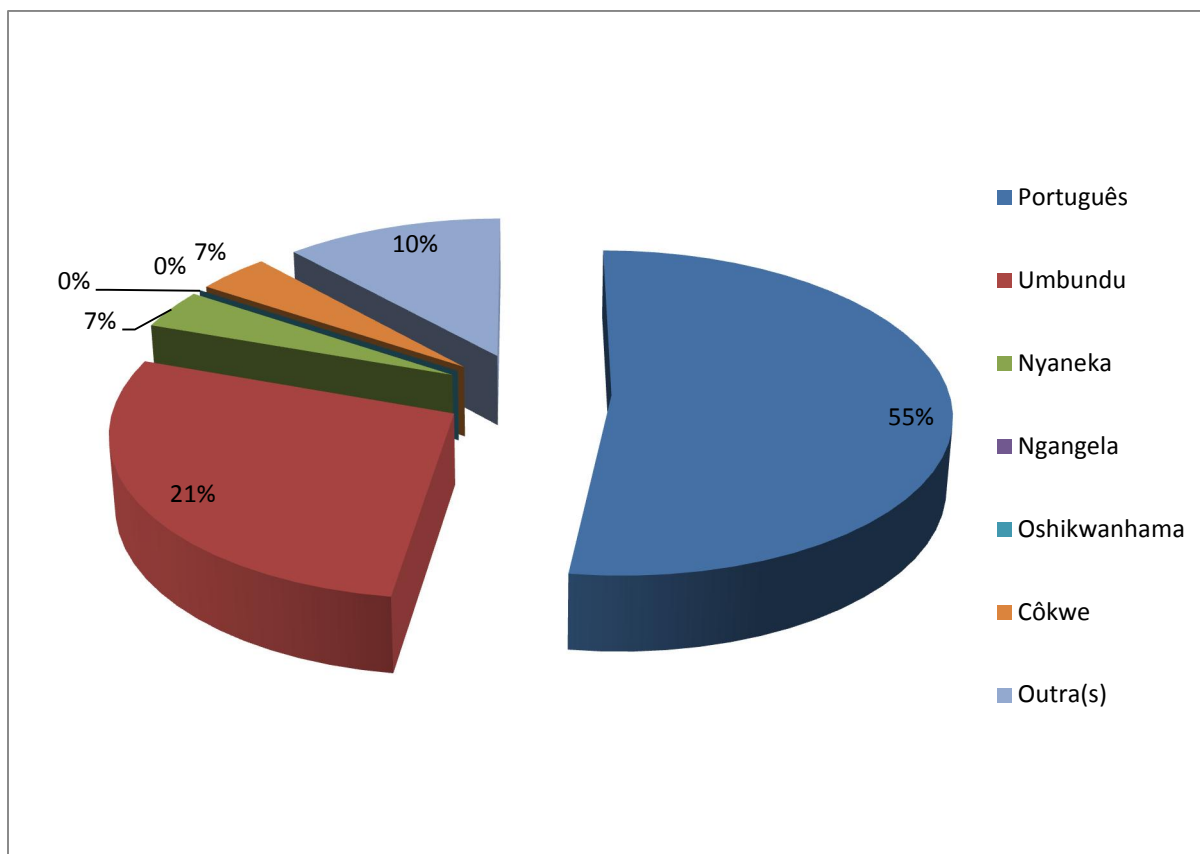
1. Quantas línguas falas?

Gráfico 1



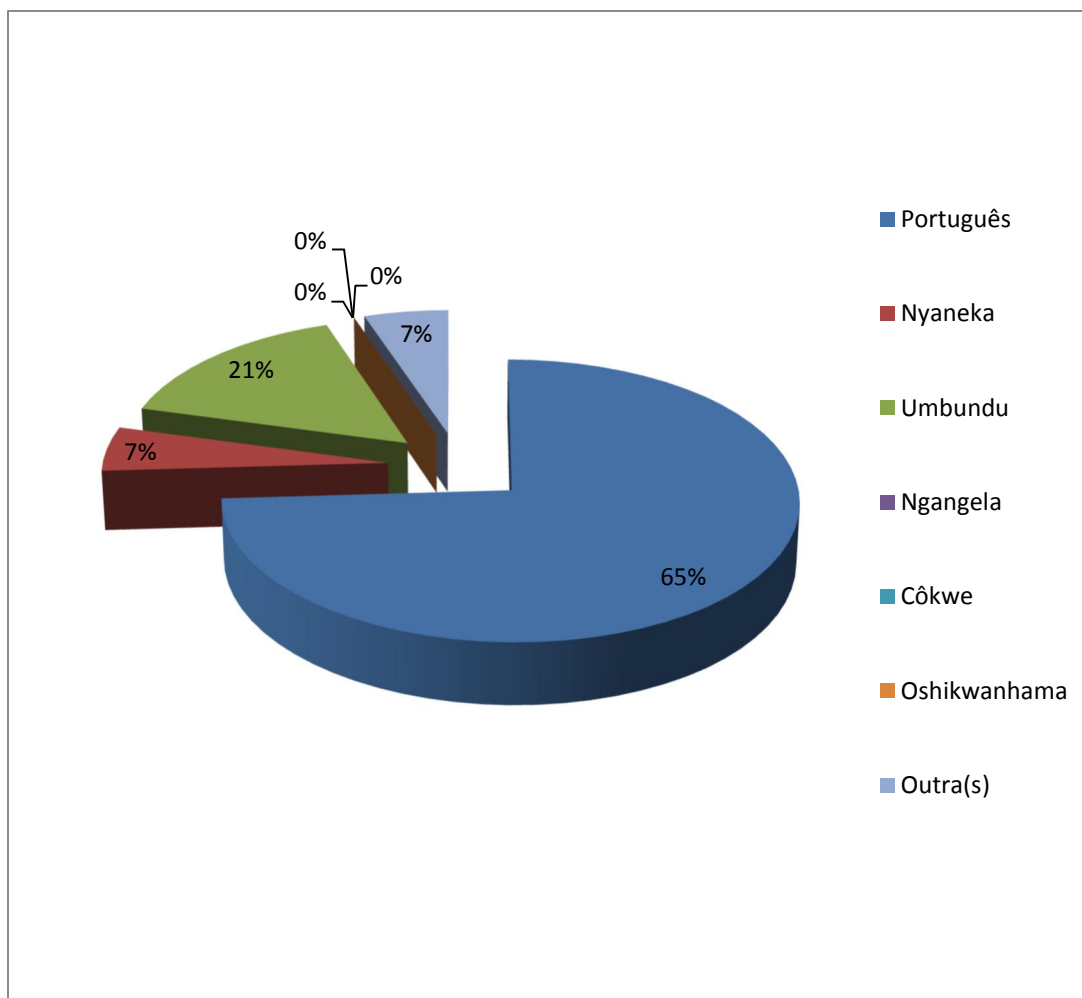
2. Assinala, abaixo, as línguas que falas.

Gráfico 2



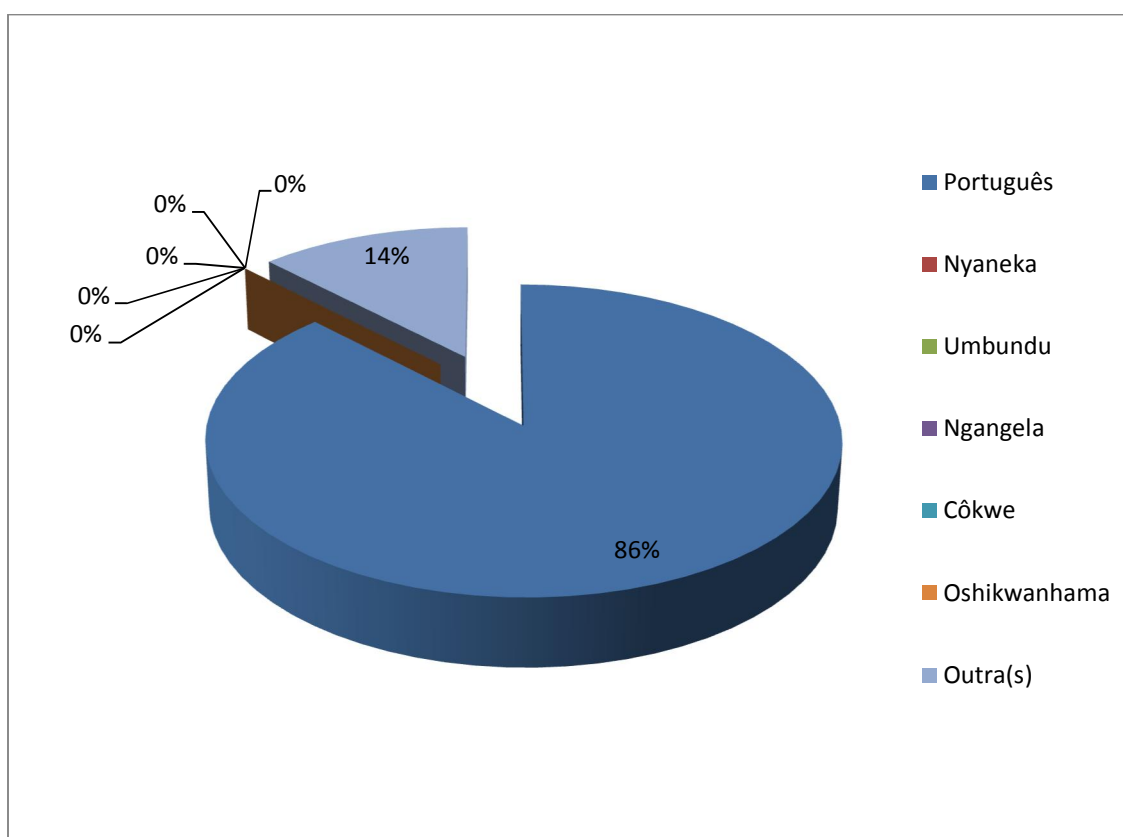
3. Assinala as línguas que falas em casa.

Gráfico 3



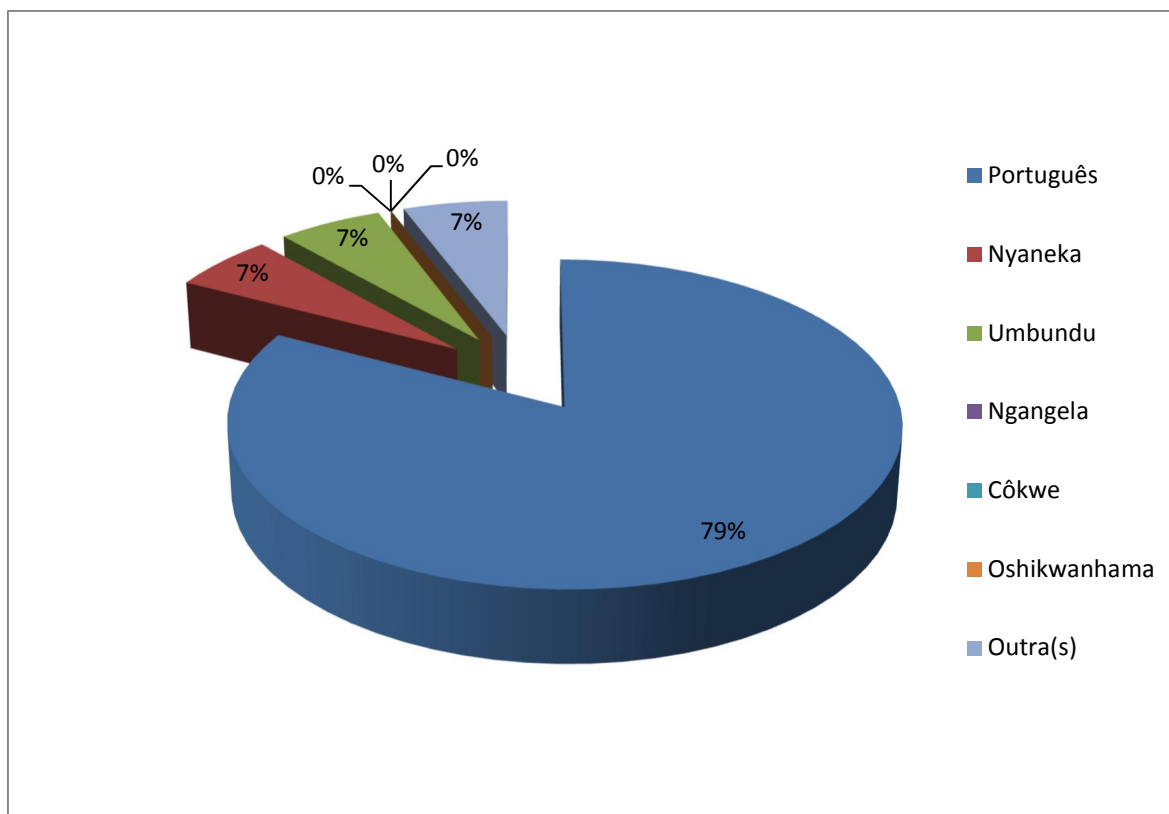
4. Assinala as línguas que falas na escola.

Gráfico 4



5. Assinala as línguas que falas com os amigos.

Gráfico 5



Portanto, olhando para os resultados dos gráficos, vê-se que o português é, claramente, a língua da maioria dos alunos nas diferentes situações de comunicação.

IV. PROPOSTAS DE ACTIVIDADES DIDÁCTICAS

4.1. Propostas

Diante do exposto, compreendemos que, embora não encontremos interferências específicas do olunyaneka nos textos, a presença de outras marcas que interferem na escrita dos alunos naquele nível de ensino, ajuda-nos a reflectir e repensar as nossas práticas pedagógicas para o desenvolvimento da linguagem na modalidade escrita, pois espera-se que estes alunos dominem, mesmo que de forma mediana, as convenções da língua.

Portanto, identificadas as interferências e tipificadas, com base na teoria referida no trabalho, embora não sejam claramente do olunyaneka, mas de forma geral às línguas bantu, nalguns casos, fruto do contacto linguístico por influência, sendo um processo, propomos que os professores, antes, reconheçam a situação sociolinguística e cultural de cada aluno, como um dos factores preponderante para tal facto, e, posteriormente, nas suas aulas dêem mais importância no ensino da leitura e mais atenção no aspecto da ortografia para que, com isto, os alunos possam-se superar.

Como exemplo, os alunos incorrem a várias interferências, casos concretos, identificámo-los nos textos: 72, 90 e 108.

Exemplos:

- "... muitas **pessoa** gostam do dia 4 de **Abrio**..."

- "... andei muito onde eu **paçava**..."

- "... os nossos **conpatentes** lutaram..."

Os desvios que as frases apresentam, que na classificação de Bortoni-Ricardo, as duas últimas enquadra-as no tipo de interferência de regra fonológica categórica no português e a primeira enquadra-a, a autora, no tipo de interferência de regra fonológica variável gradual.

Ao nosso ver, estas interferências podem ter justificação nas línguas que os alunos trazem de casa ou do meio que os rodeia. Pode-se dar, também, o caso da arbitrariedade do próprio português, como também pelo facto de não existir uma relação biunívoca entre o grafema e o fonema nos casos da língua portuguesa.

Por mais que o resultado dos inquéritos demonstre mais percentagem no uso da língua portuguesa, não se deve descartar que, o facto de termos, essencialmente, a característica bantuófona, como africanos que somos, e dos demais factores extralinguísticos ao português, poderiam, negativamente, contribuir para as interferências na língua escrita dos alunos.

Por isso, é necessário que os professores, durante o ensino do português, tenham em conta estes aspectos.

V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões

Do estudo realizado sobre possível existência ou não de interferências do olunyaneka nos textos escritos dos alunos da 7ª classe do Complexo Escolar nº116-Imaculada Conceição, concluímos:

- De forma específica, não há ocorrência de interferência do olunyaneka nos seus textos, salva-se algumas generalizadas às línguas bantu;
- As interferências detectadas, segundo Bortoni-Ricardo (2005), nos textos são: as de regra fonológica no português, regra fonológica variáveis graduais e regra fonológica variáveis descontínuas, essencialmente;
- As de regra fonológica categórica no português, a percentagem é de 40%;
- Regra fonológica variáveis graduais, é de 25%;
- Regra fonológica variáveis descontínuas, é de 10%;
- E, finalmente, outras interferências de diversos âmbitos, é de 25%.

Das interferências analisadas, os alunos apresentam com maior percentagem nas de regra fonológica categórica no português.

5.2. Recomendações

Sabe-se, claramente, que, uma das consequências do contacto entre línguas é, sem dúvidas, a mudança linguística, a prova mais contundente desta consequência é o aparecimento da variação linguística.

Diante disto, recomendamos:

- O ensino do português, neste nível, deve ser feito, não ocultando uma possível língua já aprendida anteriormente ou, não deixar de reconhecer o meio sociocultural e linguístico em que está inserido o aluno, de maneira a usar adequadamente as metodologias de ensino da língua;
- Que os professores adotem novas estratégias de incentivar os alunos a terem o hábito de ler, desta forma, os mesmos conhecerão outras estratégias de superar-se;
- Avaliar, frequentemente, os textos produzidos pelos alunos e mitigar as dificuldades que eles apresentam.
- Deve-se evitar, ao nível das escolas, permitir que a disciplina de língua portuguesa seja leccionada por um professor não especialista, pois pode contribuir para o insucesso da aprendizagem da língua;
- Que os professores de língua portuguesa, do nível médio, prossigam à formação superior, pois há aspectos da sociolinguística e psicolinguística muito importantes, que ajudam um professor no ensino da língua; concretamente, na interpretação de fenómenos linguísticos.

Bibliografia

- Adriano, P. S. (2014). *A Crise Normativa do Português em Angola, Cliticização e Regência Verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor?* (1ª ed.). Luanda: Mayamba.
- Araujo, C. M., & Barbosa, S. S. (2013). *Crónica: Género textual a serviço da formação de leitores* (Especial ed.). Itabaiana: Abralín.
- Bortoni-Ricardo, S. M. (2004). *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola.
- Cagliari, L. C. (1993). *Alfabetização & Linguística* (6ª ed.). São Paulo: Scipione.
- INIDE. (2011). *Educação: sete línguas nacionais no ensino*. Luanda.
- Instituto de Línguas Nacionais. (1987). *Boletim nº1*. Luanda: Secretaria de Estado da Cultura.
- ISCED. (2018). *Língua Nacional Olunyaneka*. Lubango, Huíla.
- Kambindangolo, E. J. (2014). *Empréstimos do português à língua olunyaneka*. Lubango, Huíla.
- Kukanda, V. (1986). *Notas de introdução à linguística bantu*. Lubango: ISCED.
- Kukanda, V. (1988). *Introdução à Sociolinguística*. Lubango: ISCED.
- Mccleary, L. (2007). *Sociolinguística: curso de licenciatura em letras*. São Paulo.
- Mingas, A. (2000). *Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Moreira, L. N. (2015). *Dissertação de Mestrado. Análise dos Textos Escritos produzidos por alunos da 7ª classe em Angola e propostas de remediação de erros*. Lisboa: FSCH.

- Murrie, Z. (2011). *Ensino do português do 1º grau à Universidade* (5ª ed.). São Paulo.
- Overbeke, M. (1976). *Mécanismes l'interférence linguistique*. Madrid: Fragua.
- Reis, V. (2006). *Sociolinguística, Dinâmica funcional vs Problemas funcionais da língua*. Luanda: Editorial Nzila.
- Ricardo-Bortoni, S. M. (2006). *O estatuto da língua oral e na língua escrita. Sociolinguística e ensino: contribuições para formação do professor de língua*. Florianópolis: UFSC.
- Santos, G. (1999). *I. Linguística Aplicada a la enseñanza/aprendizaje del español como lengua extranjera*. Madrid: Visor.
- Selinker. (1972). *The interlanguage* (Vol. 10). IRAL.
- Spinassé, K. P. (2006). *Os conceitos da língua materna, segunda língua, língua estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias do Sul do Brasil* (Vol. 1).
- Tussamba & Moisés, N. (2009). *Problemática do ensino das línguas nacionais em Angola no período de Norton de Mattos*.
- Tyipa, A. (2002). *Otyiwa oktanga n'ohuhoneka: método de aprendizagem da língua nacional nyaneka-humbi e português*. Lisboa.
- Vieira, A. K., & al. (2015). *Influência da linguagem oral na produção de textos escritos dos alunos da Escola Primária e Secundária do I ciclo nº1728-4 de Abril*. Lubango: ISCED.
- Vilela, M. (1995). *Algumas tendências da língua portuguesa em África. Ensino e língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almedina.
- Weinreich, U. (1953). *Languages in contact*. La Haya: Mouton.
- Xavier, F., & al. (1992). *Dicionário de termos linguísticos* (Vol. II). Edições Cosmos.
- Zau, D. N. (2011). *A língua portuguesa em Angola. Um contributo para a sua nacionalização*. Universidade da Beira interior, Departamento de Letras.

ANEXOS



Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla
ISCED – HUÍLA

QUESTIONÁRIO

Estimado (a) aluno (a), sou estudante do 4º Ano do ISCED-HUÍLA, do curso de Ensino da Língua Portuguesa. Estou a elaborar um trabalho para a obtenção do grau de Licenciatura. Solicito a tua atenção para preencher este formulário.

Desde já, agradeço a tua colaboração e garanto o sigilo dos dados.

Assinala com **X** a resposta que representa a tua opinião.

Idade: _____ Sexo _____ Classe: _____

1. Quantas línguas falas?

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 ()

2. Assinala, abaixo, as línguas que falas

1 Português () 2. Umbundu () 3. Nyaneka () 4. Ngangela ()
5. Oshikwanhama () 6. Còkwe () 7. Outra(s) _____.

3. Assinala as línguas que falas em casa?

1. Português () 2. Nyaneka () 3. Umbundu () 4. Ngangela () 5. Còkwe ()
6. Oshikwanhama () 7. Outra(s) _____.

4. Assinala as línguas que falas na escola?

1. Português () 2. Nyaneka () 3. Umbundu () 4. Ngangela () 5. Còkwe ()
6. Oshikwanhama () 7. Outra(s) _____.

5. Assinala as línguas que falas com os amigos?

1. Português () 2. Nyaneka () 3. Umbundu () 4. Ngangela () 5. Còkwe () 6.
Oshikwanhama () 7. Outra(s) _____.